

República Federativa do Brasil  
Estado do Tocantins  
Secretaria da Produção (SEPRO -TO)  
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN -TO)

Agencia de Cooperação  
Internacional do Japão  
(JICA)

*ANEXO IV*

**CONDIÇÕES SOCIAIS**

---

## ANEXO IV

### CONDIÇÕES SOCIAIS

1.	Condições Atuais da Sociedade Rural .....	IV - 1
2.	Condições Atuais Sociais da Área do Estudo.....	IV - 2
	(1) Regiões e Municípios da Área de Estudo.....	IV - 2
	(2) Estrutura da População do Estudo e Área do Estudo.....	IV - 3
	(3) Tendências da População.....	IV - 4
	(4) População Economicamente Ativa.....	IV - 5
	(5) Estrutura Administrativa .....	IV - 6
	(6) Migração .....	IV - 7
3.	A Questão Social da Área do Estudo .....	IV - 8
	(1) Índices de Pobreza e de Desenvolvimento Municipal.....	IV - 8
	(2) Comunidade de Produtores e Organização .....	IV - 10
	(3) Associações de Produtores e Cooperativismo .....	IV - 12
	(4) O Movimento Sindical .....	IV - 14
4.	O Papel da Mulher na Agricultura .....	IV - 15
5.	Reforma Agrária.....	IV - 17
6.	Problemas Sociais Destacados.....	IV - 18
7.	Serviços de Assistência Técnica .....	IV - 18
8.	Povos Indígenas .....	IV - 21
9.	Serviços de Educação.....	IV - 22
	(1) Educação Básica.....	IV - 22
	(2) Educação Profissional.....	IV - 23
	(3) Educação Superior.....	IV - 23
	(4) Educação Indígena .....	IV - 24
	(5) Grau de Alfabetização.....	IV - 24
10.	Serviços de Saúde .....	IV - 24
	(1) Principais Enfermidades.....	IV - 25
	(2) Medicina Preventiva e Educação e Saúde .....	IV - 25
	(3) Outros .....	IV - 25

Este documento integra o Estudo de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, estando responsável por aprofundar conhecimentos e análises sobre a Sociedade Rural referente a área de abrangência deste.

Trata basicamente da Situação Social da Área do Estudo, a partir de um conjunto de aspectos que dão a conhecer num certo nível a complexidade que vem a ser a sociedade rural em questão.

As análises estão embasadas em dados e informações baseadas em fontes primárias e secundárias disponíveis, compreendidas como importantes não só para explicar a sociedade em si mesma, mas para abrir caminhos de prosseguimento do Estudo na fase subsequente a esta etapa.

## 1. Condições Atuais da Sociedade Rural

O estudo da sociedade aqui apresentado, resulta por um lado do levantamento e atualização de informações secundárias já lançadas no "Máster Plan" de 1998, bem como de documentos oficiais do Estado e de informações provenientes dos estudos subsidiários às outras especialidades tendo em vista o aprofundamento alguns aspectos específicos.

Além das fontes acima citadas, contou-se essencialmente nos workshops com a oportunidade para a observação sistemática e contato com um maior e mais diversificado número de produtores rurais de modo a se ter, maior visibilidade sobre aspectos não vistos nos contatos individualizados. nos quais não esteja sendo tratada alguma questão relacionada aos grupos aos quais se integram. Valorizou-se a oportunidade de se alcançar uma visão de conjunto durante as discussões.

Ao todo foram realizados 13 workshops num número igual de municípios estrategicamente escolhidos pelo pessoal técnico do governo e da JICA, tendo como critério básico para a escolha destes, a relação existente entre as atividades rurais praticadas e os temas ou estratégias de desenvolvimento apontadas pelas análises de aptidão das terras da região.

Grande parte das informações aqui utilizadas resultou dos questionários aplicados aos produtores rurais no decorrer dos workshops, visando traçar os diferentes perfis de participantes deste evento, através das informações e depoimentos individuais de cada produtor entrevistado.

Para maior aproximação e caracterização da realidade estudada – a sociedade rural – valeu-se ainda dos seguintes recursos:

- entrevistas com representantes de instituições públicas diretamente relacionadas à ação de governo, que desenvolvem programas e projetos direta e indiretamente relacionados aos temas propostos para o desenvolvimento;
- contatos informais com produtores rurais durante os intervalos nos workshops visando captar informações relacionadas às suas aspirações, e expectativas, visão de mundo e concepção de desenvolvimento;
- entrevistas com lideranças Sindicais relacionadas à questão de gênero, ao trabalho rural de homens, mulheres e jovens,
- visitas locais para o reconhecimento de área em municípios da região e participação de um evento como a Assembléia das Quebradeiras de Coco da região do Bico do Papagaio;

Outras formas e recursos de aproximação com a realidade estudada podem ser ainda exploradas para obtenção de informações ainda mais específicas sobre o movimento interno desta sociedade rural.

## 2. Condições Atuais Sociais da Área do Estudo

### (1) Regiões e Municípios da Área do Estudo

De acordo com a evolução político administrativa do Estado do Tocantins, os 38 municípios que anteriormente integravam as regiões Norte e Extremo Norte se redistribuíram em cinco das dezoito regiões, com uma menor concentração de municípios em cada uma destas.

A população da área do Estudo se distribui agora num espaço geopolítico compreendido pelo Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, instituído pela Secretaria de Estado do Planejamento e Meio Ambiente, perdendo a referência anterior que os vinculava às regiões do Norte e do Extremo Norte. As cinco novas regiões político administrativas e seus municípios são apresentadas a seguir:

<b>Região I</b> Araguaatins	Araguatins, Cachoeirinha, Esperantina, São Bento do Tocantins e São Sebastião do Tocantins
<b>Região II</b> Augustinópolis	Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco, Praia Norte, Bonito, Sampaio, São Miguel do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins, Augustinópolis
<b>Região III</b> tocaninópolis	Aguiarnópolis, Angico, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins e Tocantinópolis
<b>Região IV</b> Xambioá	Ananás, Araguaã, Piraquê, Riachinho e Xambioá
<b>Região V</b> Araguaína	Aragominas, Araguaína, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia

Até o ano de 1991 vinte dos municípios que hoje fazem parte das cinco regiões referentes à área do Estudo não integravam o conjunto dos municípios do Estado de Tocantins. Outros três passaram a integrá-lo entre 1996 - 1999, sugerindo uma nova acomodação político administrativa da população regional inclusive em termos do acesso aos precários bens e serviços sociais à disposição das comunidades imediatas.

Embora discreta, registrou-se uma perda de população total entre os mesmos anos já mencionados, para seis dos 38 municípios da, sendo que quatro desses foram criados no início da década de 90, sugerindo certo nível de vulnerabilidade municipal, uma vez que se perde nestes municípios algo em torno de 10 a 15% da população.

Por outro lado ocorrem simultaneamente discretas perdas e ganhos ao nível da população regional como um todo, num curto intervalo de tempo, chamando a atenção para uma dinâmica populacional passível de ser explicada, pelas quedas nas taxas de fecundidade e mortalidade como vem ocorrendo praticamente em todo o Estado e no País.

Estando o Tocantins ainda em formação, a flutuação da população regional deverá ser explicada ainda por algum tempo pelo movimento e fluxos migratórios que interferem de modo relevante sobre a variação quantitativa e qualitativa da sua população, na medida em que provoca a elevação das taxas de crescimento, mesmo quando ocorre a queda das de fecundidade e de mortalidade conforme esta comprovado em recentes documentos do Estado. O Tocantins apresentou um decréscimo em sua taxa líquida migratória de 7,14% em 1991 para 5,99% em 1997 e 5,50% em 2000, podendo chegar a 2005 e períodos seguintes com taxas mais reduzidas quanto à movimentação da população no espaço.

População por Regiões Político-Administrativas e Municípios da Área do Estudo

Região	Município	População 1991	População 1996	População 1999
I	Araguatins	28021	22558	24544
I	Cachoeirinha	0	2039	2154
I	Esperantina	0	5963	6528
I	São Bento do Tocantins	0	2834	2398
I	São Sebastião do Tocantins	4296	3516	4044
II	Augustinópolis	10265	13924	19712
II	Axixá do Tocantins	9980	9698	9541
II	Buriti do Tocantins	8037	7599	7564
II	Carrasco Bonito	0	2727	3250
II	Praia Norte	5048	5149	5637
II	Sampaio	4376	2829	2394
II	São Miguel do Tocantins	0	8304	9091
II	Sítio Novo do Tocantins	8917	10114	14318
III	Aguiamópolis	0	0	2947
III	Angico	0	2755	2331
III	Darcinópolis	0	3905	4226
III	Itaguatins	11094	6492	7107
III	Luzinópolis	0	0	1712
III	Maurilândia do Tocantins	0	2721	3243
III	Nazaré	9040	7156	5353
III	Palmeiras do Tocantins	0	3533	4063
III	Santa Terezinha do Tocantins	0	0	2481
III	Tocantinópolis	30789	22810	20435
IV	Ananás	11816	9694	10547
IV	Araguanã	0	3069	3530
IV	Piraquê	0	1785	2127
IV	Riachinho	0	3502	3461
IV	Xambioá	11751	11183	11399
V	Aragominas	0	3486	4009
V	Araguaína	103396	105019	114948
V	Babaçulândia	9077	8775	8633
V	Carmolândia	0	1610	1362
V	Filadélfia	11041	7407	7373
V	Muricilândia	0	3039	3289
V	Nova Olinda	7667	8724	9492
V	Palmeirante	0	3769	3862
V	Santa Fé do Araguaia	0	4336	4987
V	Wanderlândia	9258	10274	11178

(2) Estrutura da População do Estado e da Área do Estudo

A população do Estado do Tocantins, de acordo com o Censo de 1996, se dividia em 537.014 homens (51,2%) e 512.809 mulheres (48,8%) respectivamente. O tamanho médio de uma família era de 4,33 pessoas. De acordo com o Censo de 1991, a estrutura etária era classificada da seguinte forma: menos de 9 anos de idade, 27,9%; de 10 a 59 anos, 66,7%; e mais de 60 anos, 5,4%. A densidade populacional do Estado é de 3,77 pessoas por quilômetro quadrado. Entretanto as regiões Leste e Sudeste, correspondentes às regiões são bem despovoadas com densidades de 0,81 e 1,20, respectivamente. Os detalhes desta estrutura são apresentados na tabela a seguir onde se inclui a estimativa da população por regiões do estado para 1999.

### Estrutura da População por Região

Região	População 1996	Área 1996	Nº de Famílias	Nº de Moradores por domicílio	Densidade Populacional 1996	Homens 1996	Mulheres 1996	População 1999	Densidade Populacional 1999
Região I	36910	4859,80	7530	4,90	42,10	18931,00	17979,00	39668	45,99
Região II	60344	2147,40	12498	4,79	258,30	30533	29811	71507	290,73
Região III	49372	5964,40	10617	4,69	62,72	25263	24109	46758	57,49
Região IV	29233	5519,60	6229	4,58	25,14	15133	14100	31064	26,67
Região V	156439	17760,70	35482	4,52	61,94	78469	77970	169133	65,90
Região VI	63103	11144,00	14779	4,28	66,62	32640	30463	64507	69,79
Região VII	19309	9689,20	3776	5,13	3,78	10164	9145	17081	3,60
Região VIII	62076	14182,50	14890	4,21	40,92	32136	29940	61578	41,47
Região IX	173306	19140,50	40203	4,41	77,01	87781	85525	204619	88,44
Região X	28295	13227,70	6111	4,68	14,91	14831	13464	27626	14,77
Região XI	78341	33060,70	18168	4,28	53,89	40409	37932	77712	53,77
Região XII	27576	34113,20	5564	5,01	11,24	14417	13159	28911	12,80
Região XIII	29884	10431,90	6531	4,61	14,42	15802	14082	27945	13,60
Região XIV	140053	41883,60	34249	4,00	63,24	71606	68447	143944	64,42
Região XV	29859	11171,10	6248	4,80	15,84	15490	14369	31818	17,03
Região XVI	18894	15298,70	4496	4,27	6,65	9725	9169	17076	5,94
Região XVII	22840	7657,80	5010	4,51	45,02	11795	11045	23558	46,06
Região XVIII	22808	5015,9	5408	4,18	14,00108	11993	10815	22439	12,61773
Total do Estado	1.048.642	262.268,7	237.789		878	537.118	511.524	1.106.944	931

Fonte : Instituto de Geografia e Estatística:1999

1 – Sobre a estrutura rural e urbana da população do Estado e Área do Estado, ver tabela incluída neste documento um pouco mais à frente, no item Tendências da População.

### (3) Tendências da População

Segundo a projeção do IBGE para o ano de 1999, a população total do Estado do Tocantins é de 1.134.895 habitantes, ou aproximadamente 2,1% da população total do país, que pela estimativa da PNAD de 1998, teria em 1999 uma população total de 167.733.983 mil habitantes

A análise da evolução do crescimento da população do Estado do Tocantins para a última década aponta um aumento de aproximadamente 919.861 habitantes desde o último censo (1991), que representa um incremento em torno de 2,9% sobre a população total no período 91-97. Verificou-se quanto à composição etária da população, que dois grandes grupos - faixas de 0 a 14 e de 15 a 64 anos - tinha juntado uma participação relativa de 32,76% sobre a população total do Estado.

Por outro lado as tendências quanto à população urbana e rural expressavam consideráveis transformações refletidas no decréscimo da população rural (18%) e no aumento da população urbana (35%). As quedas de população rural eram comuns a praticamente todas as regiões do Estado, chamando a atenção para as regiões Sul e Centro-Oeste aonde estas chegavam a altas taxas de 37% e 29% respectivamente. Segundo o Anuário Estatístico (IBGE;1998) referente ao período 1991-1996, registrou-se um incremento anual de -4,67% sobre a população rural e um incremento anual de 7,03% sobre a urbana, explicando as taxas percentuais acima de queda e elevação da população rural e urbana.

Conforme já comentado anteriormente, num Estado ainda em formação como é o caso do Tocantins, acredita-se que o fenômeno ocorrido tenha a ver diretamente com a movimentação - migração - típica de sociedades em fase de acomodação espacial com relação a fatores, decorrentes e ou motivados pela insuficiência de oportunidades para significativos segmentos da população rural na principal atividade econômica do Estado, que é no caso a agropecuária.

## Tendências Populacionais por Região

Região	1991			1996			Crescimento Populacional		
	Pop. Total	Urbano	Rural	Pop. Total	Urbano	Rural	Pop. Total	Urbano	Rural
Região I	32.317	15.128	17.189	36.910	22.894	14.016	14,2%	51,3%	-18,5%
Região II	46.623	28.640	17.983	60.344	37.607	22.737	29,4%	31,3%	26,4%
Região III	50.923	17.956	32.967	49.372	26.214	23.158	-3,0%	46,0%	-29,8%
Região IV	23.567	15.108	8.459	29.233	21.676	7.557	24,0%	43,5%	-10,7%
Região V	140.439	101.141	39.298	156.439	126.846	29.593	11,4%	25,4%	-24,7%
Região Estudo	293.869	177.973	115.896	332.298	235.237	97.061	13,1%	32,2%	-16,3%
Região VI	59.541	32.960	26.581	63.103	44.082	19.021	6,0%	33,7%	-28,4%
Região VII	18.168	3.184	14.984	19.309	5.203	14.106	6,3%	63,4%	-5,9%
Região VIII	59.932	35.026	24.912	62.076	42.714	19.362	3,6%	22,0%	-22,3%
Região IX	116.103	83.041	33.062	173.306	149.646	23.660	49,3%	80,2%	-28,4%
Região X	27.367	9.993	17.374	28.295	14.040	14.255	3,4%	40,5%	-18,0%
Região XI	69.755	44.997	24.758	78.341	59.641	18.700	12,3%	32,5%	-24,5%
Região XII	25.708	6.908	18.800	27.576	11.707	15.869	7,3%	69,5%	-15,6%
Região XIII	28.548	11.407	17.141	29.884	15.530	14.354	4,7%	36,1%	-16,3%
Região XIV	128.127	84.113	44.014	140.053	109.610	30.443	9,3%	30,3%	-30,8%
Região XV	23.782	12.829	10.953	29.859	19.940	9.919	25,6%	55,4%	-9,4%
Região XVI	22.794	7.920	14.874	18.894	8.633	10.261	-17,1%	9,0%	-31,0%
Região XVII	23.710	11.412	12.298	22.840	13.216	9.624	-3,7%	15,8%	-21,7%
Região XVIII	22.712	9.038	13.674	22.808	11.810	10.998	0,4%	30,7%	-19,6%
Total	920.116	530.795	389.321	1.048.642	741.009	307.633	14,0%	39,6%	-21,0%

Fonte: Censos 1991 e 1996 (dados preliminares), IBGE

## (4) População Economicamente Ativa

## Estrutura da População por Região

Região	População Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Nº de Famílias	Tamanho da Família	Densidade Popula. (*)
1 Extremo Norte	159.901	51,0 %	49,0%	33.587	4,76	10,01
2 Norte	172.447	50,3 %	49,7%	39.122	4,41	8,18
3 Nordeste	47.662	52,4%	47,6%	9.967	4,78	1,98
4 Noroeste	100.302	51,5%	48,5%	23.837	4,21	5,26
5 Leste	27.560	52,3%	47,7%	5.594	4,93	0,81
6 Centro-Oeste	87.638	45,0%	55,0%	20.921	4,19	2,88
7 Central	181.153	50,8%	49,2%	42.794	4,23	7,85
8 Sudeste	109.723	52,2%	47,8%	24.435	4,49	2,31
9 Sudoeste	48.660	52,6%	47,4%	11.511	4,23	1,20
10 Sul	111.777	50,1%	49,9%	28.111	3,98	5,06
Total	1.046.823	50,8%	49,2%	239.879	4,36	4,55

Fonte: Censo 1996 (dados preliminares), IBGE

Nota: (\*) Pessoas por quilômetro quadrado

Ao serem mantidas aqui as informações já apresentadas nos relatórios anteriores da pesquisa amostral por domicílios (1995: IBGE) lembra-se que naquele a PEA do Estado totalizava o número de 462.127 pessoas, e apontava um percentual de 3,7% de desempregados dentre as pessoas entrevistadas ao mesmo tempo em que comentava que destas pessoas pelo menos 43,2% era representado por pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. O comentário a ser feito tem a ver inicialmente com a elevação em termos absolutos de integrantes da PEA entre os anos de 1995 e 1998 para 519.016 pessoas, ou 11,8% com relação a PEA anterior. Ocorre porém uma queda de quase 1,0 % do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas.

Dito isto para chamar a atenção sobre a diminuta participação do emprego rural sobre o total de empregos do Estado, numa relação de 71.798 empregos contra os 3.769 postos de trabalho na agropecuária. (IBGE: Anuário Estatístico de 1998). Mesmo não incorporando dados mais recentes, a tabela abaixo poderá subsidiar a algumas análises posteriores.

Tabela 4.2.1 (3) - População Economicamente Ativa

Categorias	Total		Homens		Mulheres	
	Total	Homens	Total	Mulheres	Total	Mulheres
Agricultura	191.084	142.214	48.870			
Indústria de manufatura	21.157	19.387	1.770			
Construção civil	21.602	21.082	420			
Outras indústrias	4.066	3.446	620			
Comércio	50.105	31.048	19.057			
Serviços financeiros	73.922	24.031	49.891			
Serviços auxiliares	6.244	5.078	1.166			
Transporte e comunicação	9.385	9.275	110			
Serviços sociais	40.579	10.858	29.721			
Serviços públicos	24.692	16.872	7.820			
Outros	3.042	1.458	1.584			
<b>Total</b>	<b>445.778</b>	<b>284.749</b>	<b>161.029</b>			

Fonte: Pesquisa de Amostragem Domiciliar 1995, IBGE

De acordo com IBGE em 1996 a PEA por sexo se dividia do seguinte modo:

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0 A 9 ANOS	24,56	24,49	24,63
10 A 65 ANOS	71,57	71,51	71,64
66 ANOS +	3,72	3,85	3,58

Sendo sua taxa de dependência de 0,39 %, algo a ser considerado baixo, já que 71,57 % da população está em idade de inserção no mercado de trabalho, se avaliarmos os dados de forma mais geral não encontraremos diferenças gritantes entre o percentual de homens e mulheres, mas, quando distribuimos a PEA entre as zonas rural e urbana e o sexo, pode-se verificar que nas zonas urbanas a presença feminina é mais acentuada, enquanto que nas zonas rurais, a presença masculina chega a ser 2,67 % maior.

URBANA			RURAL		
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
23,72	24,26	23,18	26,57	24,98	28,49
72,50	71,95	73,04	69,35	70,56	67,89
3,65	3,66	3,64	3,88	4,27	3,42

#### (5) Estrutura Administrativa

- Divisão Administrativa

A divisão administrativa do Estado do Tocantins considera os 139 municípios existentes, dividindo-os em 18 Regiões Político-Administrativas.

#### Divisão Administrativa

Região	Nº de municípios	Área (km <sup>2</sup> )1996
Região I	5	4859,80
Região II	8	2147,40
Região III	10	5964,40
Região IV	5	5519,60
Região V	10	17760,70
Região VI	12	11144,00
Região VII	3	9689,20
Região VIII	9	14182,50
Região IX	11	19140,50
Região X	7	13227,70
Região XI	14	33060,70
Região XII	8	34113,20
Região XIII	6	10431,90
Região XIV	14	41883,60
Região XV	6	11171,10
Região XVI	3	15298,70
Região XVII	4	7657,80
Região XVIII	4	5015,9

Fonte: Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico - 2000

- Sistema Administrativo

Ao Governador eleito diretamente pelo voto popular, cabe a responsabilidade central de administrar o Estado. É da sua função um conjunto de atividades sobre diferentes assuntos, serviços ou objetos que variam no tempo e no espaço.

Através do poder executivo, de grande centralidade para o exercício pleno de seu poder junto à sociedade, o Estado impulsiona a máquina administrativa para a formulação e execução das políticas públicas, orientadas por diretrizes de governo correspondentes a cada Secretaria de Estado de acordo com a missão específica destas. A estas cabe a realização propriamente dita dos serviços públicos, em especial, a formulação e implementação das políticas públicas do âmbito estadual, a coordenação e execução da interiorização da ação programática sob sua direta responsabilidade, bem como as articulações com o governo federal e municipal.

Compondo o primeiro escalão do governo, os treze Secretários de Estado conduzem as diretrizes administrativas do governo.

- Sistema Legislativo

O Congresso Nacional é o mais alto organismo da autoridade legislativa do País. Composto pela Câmara de Deputados Federais e do Senado, conta com membros eleitos diretamente pelo voto popular. Integram as duas instâncias pelo Estado do Tocantins, 08 Deputados Federais e 03 Senadores.

Sendo o Legislativo o organismo da autoridade parlamentar de interlocução com a sociedade, seus membros são também eleitos diretamente pelo voto popular. Assim se o número de Deputados é determinado pela população do Estado, estes somam hoje no Tocantins o número de 24.

A nível municipal, a Câmara de Vereadores é o organismo de autoridade legislativa e o número de vereadores eleitos também depende da população de cada município.

A duração dos mandatos dos Deputados Federais e Estaduais bem como de Vereadores é de 04 anos. O mandato do Senador é mais longo, sendo este de 08 anos.

## (6) Migração

Baseia-se aqui na pesquisa realizada pela CODEPLAN /SEPLAN dos Estados de Goiás e Tocantins, publicadas no Caderno de Demografia número 12, na qual a migração foi tomada como uma variável de acentuada interferência na dinâmica da população do Estado. Como comentam os pesquisadores a migração se dá com rapidez provocando alterações tanto no volume da população, quanto na sua faixa etária, resultando em modificações na quantidade de pessoas em idade produtiva e no aumento da proporção de idosos.

Sob o entendimento que a migração vem a ser a transferência de pessoas entre unidades espaciais pré-estabelecidas com a finalidade de fixar residência, a referida pesquisa verificou que dentre os Estados da Região Norte, o Tocantins teve a maior variação percentual ao nível das taxas líquidas migratórias, de 53,50%, nos últimos anos, mantendo mesmo assim o potencial de crescimento vegetativo da população, até o horizonte da projeção (1997 -2002). O Estado seguirá sua tendência ascendente de crescimento populacional, por conta dos saldos migratórios positivos, mesmo que as taxas líquidas de migração sejam declinantes.

Segundo conclusões bastante gerais desta pesquisa as estruturas etárias da população têm sido alteradas significativamente neste período, indicando por decorrência um continuado envelhecimento da população. Inverso a isto assiste-se à diminuição da população jovem.

Segundo a PNAD 1998, o estoque acumulado de migrantes da Região Norte (parte urbana) teve características regionais historicamente constituídas. Esta região e por conseguinte o Tocantins, foi atingido por correntes migratórias contínuas. Vale dizer que estas detêm a maior proporção de não-naturais (18,4%) da própria região. A principal corrente para o Norte origina-se do nordeste. As instituições de planejamento e de atuação nos municípios da Área do Estudo, deverão estar atentas para a necessidade de formulação e intervenção junto à sociedade com base em políticas públicas, suficientemente qualificadas para estimular a permanência de segmentos da população rural em seus próprios lugares de referência, evitando-se a provável pressão sobre o mercado de trabalho urbano, se no Estado do Tocantins continuar a ocorrer um movimento migratório interno rural-urbano.

### 3. A Questão Social da Área do Estudo

#### (1) Índices de Pobreza e de Desenvolvimento Municipal

Segundo o relatório da ONU relativo ao Desenvolvimento Humano (ONU; 2000), “os indicadores estatísticos são um poderoso instrumento para a promoção dos Direitos Humanos”, mas, por si só as estatísticas não respondem, ou ajudam a revelar questões essenciais, por não conseguirem abstrair as especificidades de cada caso em particular, municípios que figuram como sendo o de maior nível de pobreza, podem necessariamente não ser o mais pobre já que tais cálculos estatísticos baseiam-se principalmente pelo coeficiente populacional. Para um trabalho mais seguro será necessário arrolar dados mais recentes e mais confiáveis do ponto de vista das condições de vida da população.

Na tentativa de estabelecer áreas com o maior índice de pobreza e atender às necessidades do Programa Comunidade Solidária do Governo Federal, As Secretarias de Estado do Planejamento e de Ação Social, construíram um indicador (IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal) para medir os níveis de desenvolvimento de cada um dos 139 municípios do Estado. No cálculo deste indicador foram utilizadas informações sobre o consumo de água tratada, oferta de empregos, consumo de energia elétrica, escolaridade da população e percentual da população que recebe até um salário mínimo mensal.

Como resultado desta primeira aproximação, verificou-se que um significativo número de municípios integrantes das Regiões Administrativas I e II, encontram-se dentre os dez municípios com maior dificuldade de desenvolvimento e maior percentual da população abaixo da linha de pobreza (percentual da população com renda média abaixo de um salário mínimo), como mostra o quadro abaixo. Os municípios de Gurupi e Carrasco Bonito que integram diferentes regiões administrativas classificavam-se respectivamente como o maior e o menor IDM do Estado.

Os dez menores índices de desenvolvimento municipal do Estado do Tocantins em 1998

Município	Índice de Desenvolvimento unicipal - IDM	Classificação
Carrasco Bonito	0,000	139º
Campos Lindos	0,059	138º
Sampaio	0,062	137º
Lagoa do Tocantins	0,078	136º
Barra do Ouro	0,079	135º
Recursolândia	0,082	134º
Itapiratins	0,094	133º
São Félix do Tocantins	0,095	132º
Santa Terezinha do Tocantins	0,095	131º
São Miguel do Tocantins	0,095	130º

Fonte: SEPLAN/SETAS - TO - 1998

Dentre os dez municípios com de mais elevado IDM do Estado do Tocantins comparecia pelas recém instituídas regiões administrativas focalizadas nestas análises, apenas o município de Araguaína que se classificava numa quarta posição. O relevante a comentar é que nesta posição o referido município

estivesse relativamente próximo às posições que classificavam antes deste apenas municípios com a expressão político administrativa de Gurupi, Palmas e Paraíso do Tocantins.

Município	Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM	Classificação
Gurupi	1,000	1ª
Palmas	0,993	2ª
Paraíso do Tocantins	0,667	3ª
Araguaína	0,654	4ª
Alvorada	0,580	5ª
Arapoema	0,557	6ª
Miracema do Tocantins	0,555	7ª
Porto Nacional	0,519	8ª
Guaraí	0,487	9ª
Pugmil	0,486	10ª

Fonte: SEPLAN/SETAS - TO - 1998

Examinando-se as condições de vida pelos rendimentos do chefe da família o censo demográfico de 1991, fonte disponível e confiável a este respeito, informava sobre a presença de quatro municípios da Região de Augustinópolis junto a seis outros municípios do Estado (contando com cento e vinte e três municípios naquele ano) nos quais os chefes de domicílio integravam a crítica porcentagem dos que recebiam, em média, até um salário mínimo:

Município	S/ rendimento	até 1/2	de 1/2 a 1	Pop. 1991	percentual da pop até 1 sal. mínimo
Sampaio*	24	271	449	4.376	17,00
Ponte Alta do Bom Jesus	39	524	542	6.652	16,61
Taguatinga	46	1141	644	11.397	16,07
Praia Norte*	72	441	286	5.048	15,83
Divinópolis do Tocantins	463	152	377	6.394	15,51
Lizarda	50	349	225	4.163	14,99
Dueré	3	150	530	4.571	14,94
Axixá do Tocantins*	15	530	945	9.980	14,93
Marianópolis do Tocantins	143	69	133	2.338	14,76
Nazaré*	132	513	685	9.040	14,71

IBGE: Censo Demográfico 1991

A considerar o perfil dos referidos municípios (saneamento básico, condições de moradia, formas e níveis de ocupação da sociedade em geral e outros aspectos mais) torna-se relativa a preocupação quanto à possível defasagem dos dados utilizados, chegando-se a supor que a situação dos rendimentos pode inclusive ter piorado em significativa parte dos municípios das cinco regiões estudadas.

A hipótese acima se reforça mediante fatos como o da dificuldade experimentada pela agricultura e pecuária nacional, ao longo da década de 90, refletida certamente sobre a situação social de municípios de vida (mesmo a urbana) essencialmente fundada no rural, isto é, em atividades direta e indiretamente relacionadas ao setor agropecuário. Verificou-se na referida década a redução das áreas cultivadas por decorrência das mudanças na economia incluindo-se dentre outros aspectos as alterações da política agrícola, com a decorrente queda dos preços agrícolas e abandono do suporte especial à atividade.

As afirmações acima se baseiam na questão mais geral da desaceleração da economia nacional durante o triênio 97-99, explicada pelos desequilíbrios das políticas macroeconômicas, pelas baixas taxas de poupança e investimentos praticadas desde o início de 90, além de muitos outros fatores, responsáveis pelo maior empobrecimento dos segmentos da população já menos favorecidos.

Levando em conta que no período 1994-1996 houve uma melhora no padrão de vida básico da sociedade como um todo, é de se supor que a melhoria da situação social estendida inclusive aos municípios da região, tenha sido não mais que momentânea, mostrando hoje novamente as precárias condições - de habitação, saneamento, trabalho e segurança alimentar - visíveis na região do Estudo.

De fato há nesta grande região traços visíveis de pobreza ao lado de potencialidades de desenvolvimento a serem exploradas no médio e longo prazo a partir da formulação de políticas públicas mais arrojadas.

No caso da região do Estudo, a medição, a qualificação e a espacialização da pobreza leva a compreender o conteúdo do que vem sendo dito pelo Banco Mundial, quando afirma que não há como não há como expressar numa mesma medida ou índice a extensão da pobreza.

No sentido acima, como forma de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento de localidades carentes em todo o país, o Programa federal Comunidade Solidária, hoje já institucionalizado nas políticas ministeriais incluiu dentre os 157 municípios mais pobres que fazem parte da estratégia de indução ao Desenvolvimento Integrado e Sustentável, três municípios da região de Augustinópolis, Carrasco Bonito, Praia Norte e Sampaio.

A exemplo deste programa, ora transformado numa Estratégia de desenvolvimento conhecida como Comunidade Ativa, o problema da pobreza pode ser enfrentado como vulnerabilidades sociais solucionáveis em boa parte através da organização e capacitação da sociedade local.

Um embrião desta estratégia começou ser operacionalizada em três dos municípios (Carrasco Bonito, Sampaio e Praia Norte) da região II ou área de abrangência de Augustinópolis. Os municípios em questão foram selecionados dentre 157 municípios brasileiros em situação de pobreza crítica conforme o Comunidade Solidária. Para a fase de expansão da Estratégia, foram enquadrados segundo os critérios (IDH-M abaixo do IDH-M regional, população preferencialmente menor que 50.000 hab. e existência de programas estruturantes como: PRONAF, PNRA, PNNT) gerais e adicionais, 72 municípios do Estado do Tocantins e mais 25 em fase de análise, que somarão 97 municípios ou noutros termos, estarão atuando segundo a Estratégia até o próximo ano.

Se a pobreza no Estado se concentra primordialmente nas cinco regiões estudadas, há grande probabilidade de se ampliar a cobertura de atendimento da Comunidade Ativa nestas regiões, principalmente quando levado em conta que um dos critérios adicionais para o enquadramento dos municípios é que estes estejam localizados no corredores dos eixos de Desenvolvimento Econômico.

## (2) Comunidade de Produtores e Organização

Baseia-se aqui principalmente nas informações provenientes dos workshop e dos questionários atuais e do ano de 1997, a partir do que pode ser formulada a compreensão de que particularmente, nas cinco regiões de abrangência da Área do Estudo, à exceção dos grandes e médios produtores, os demais segmentos que compõem a comunidade de produtores (incluindo-se os trabalhadores rurais) enquanto os de menores frações de terra, configuram um universo de produção não muito claro, que pode ser assim tipificado:

- Pequenos produtores com terras já tituladas, inseridos nas atividades produtivas com uma pequena base de autonomia financeira e com algum nível de inserção no mercado regional;
- Pequenos produtores em terras de herança, com titulação precária, produzindo apenas para a subsistência, através da chamadas lavouras brancas e roça de toco, sem apoio de políticas específicas para o setor e por conseguinte sem acesso ao crédito e/ou à cobertura de programas do âmbito da agricultura familiar como o PRONAF e outros, vivendo no limite da insustentabilidade, engrossando por decorrência o fluxo migratório rural-urbano;
- Agricultores familiares assentados da Reforma Agrária, que não conseguiram ainda se

viabilizar como um efetivo produtor, cultivando a mais imediata subsistência, como micro-produtores contraditoriamente assentados em consideráveis extensões de terra inapropriadas para lavouras e para a pecuária, mesmo se houvesse recursos disponíveis.

Os workshops têm mostrado que os trabalhadores rurais daquela área são muitas vezes os próprios produtores, na medida em que para viabilizarem-se estes têm que encontrar meios não só para permanecer na terra, mas antes de tudo para sobreviverem. Compreender esta sutileza é compreender aquela sociedade atual como ela vem sendo estruturada já há algum tempo, e os riscos que isto apresenta não só para, mas para aquelas regiões e o Estado. Como trabalhadores rurais, homens e mulheres, jovens e muitas vezes as próprias crianças direta e indiretamente vendem a sua força de trabalho tanto para as empresas e os grandes e médios produtores, como participam do extrativismo do babaçu e de frutos regionais como meio de assegurar a entrada de dinheiro com a venda do óleo deste.

Percebeu-se a partir dos workshops o modo como se organizam os produtores e como se reproduz aquela sociedade enquanto comunidade. Viu-se que podem estar sendo criadas novas categorias sociais desprendidas das atividades técnicas, como formas de saber muito específicas de grupos de produtores confundidos com os de trabalhadores rurais.

A análise dos problemas que foram apresentados pelos produtores durante encontros realizados em diferentes municípios, constatou uma grande semelhança entre os problemas apontados praticamente como falta que têm visivelmente como questão de fundo uma única e mesma explicação já contida nos próprios problemas apresentados. No Bico do Papagaio fala-se agora do problema dos produtores que não têm meios para produzir. Os produtores apontaram generalizadamente nos encontros municipais, problemas como "faltas" que resumidas traduzem-se em demandas dirigidas ao Estado que fortalecem a necessidade da formulação de um plano de Estado para o desenvolvimento do setor agropecuário contemplando estratégias de desenvolvimento capazes de contribuir para a respectiva viabilização destes.

Mesmo não havendo uma grande unidade entre os produtores do ponto de vista da organização, há da parte destes uma compreensão e disposição para a introdução de inovações tecnológicas que os ajude a se manterem como tal. Têm projetos e ambição de se desenvolverem, mas nem sempre isto é explicitado objetivamente.

No geral o que se reteve dos workshops é que apontam uma situação quase generalizada de estagnação das unidades produtivas à exceção de poucos pequenos produtores que têm se viabilizado razoavelmente conforme as suas possibilidades.

Há registro de atividades praticadas por produtores rurais que quase nada têm a ver com o rural e com a produção agrícola ou pecuária.

Não há propriamente tempo excedente nas propriedades, há tempo vazio, na medida em que sem as pré-condições necessárias o produtor rural não consegue efetivar seus projetos. Neste caso o produtor chega quase a fazer de suas terras, um lugar possivelmente temporário de moradia e não de produção.

Diante disto as possibilidades de organização em bases socialmente articuladas ou comunitárias pelos produtores fica seriamente comprometida, porque não podem estabelecer projetos comuns de desenvolvimento estando com a sobrevivência em questão. Tendo cada qual, que encontrar saídas individuais, é de supor que estas têm sido uma só: a que alimenta as estatísticas quanto aos fluxos migratórios. Se as taxas líquidas de migração tendem a cair com relação ao Estado, não seria absurdo supor que esta região terá ainda por muito tempo participação considerável na composição deste cálculo, se não forem implementadas ações voltadas para o desenvolvimento.

O problemático é que os produtores rurais, estejam configurando com a sua presença um cenário de pobreza, que os faz dependentes da ação assistencial do Estado, uma vez que vivem em muitos caso situações semelhante às da população em geral que luta pelo acesso a bens e serviços sociais.

Para que não se reedite a pobreza, o puro assistencialismo, os produtores têm indicado algumas pistas para solucionar a questão de fundo que pode alterar o modo como têm vivido. Nos workshop tem sido visível o desejo destes quanto à existência de iniciativas que os articulem efetivamente como uma sociedade de produtores.

### (3) Associações de Produtores e Cooperativismo

O Ministério da Agricultura, através de suas políticas públicas, tem incentivado a criação de associações de pequenos produtores rurais visando estabilizar a agricultura familiar e criar vantagens nas comunidades rurais. Este tipo de associação tem um papel importante no incentivo e vitalizarão das comunidades rurais, através da melhoria das condições de vida e da sustentabilidade da agricultura familiar, facilitando o acesso ao crédito agrícola e à assistência técnica para os pequenos produtores. A SEPRO e o RURALTINS tem tido uma atuação importante na organização de associações na zona rural.

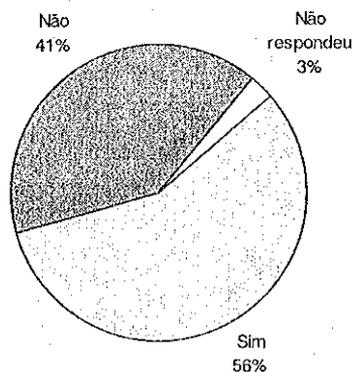
Existem cooperativas de grandes produtores, como a COOPERJAVA, que produzem arroz irrigado na região Sul do Estado. Esta cooperativa opera comercialmente, inclusive possuindo uma agroindústria. Todavia, devido às circunstâncias adversas à administração agrícola, a maioria das cooperativas existentes está sendo dissolvida.

Na região em estudo, existem 4.892 produtores associados em 82 associações. Entretanto estes são dados a serem reeditados para uma compreensão da evolução do associativismo.

Região / Município	Assoc. de Produtores	
	Associações	Associados
1 Aguiarnópolis	1	62
2 Ananás	1	36
3 Angico	1	75
4 Aragominas	2	95
5 Araguaína	8	286
6 Araguana	1	16
7 Araguaatins	5	421
8 Augustinópolis	4	304
9 Axixa do Tocantins	1	52
10 Babaculândia	5	200
11 Buriti do Tocantins		
12 Cachoeirinha		
13 Carmolândia		
14 Carrasco Bonito	2	113
15 Darcinópolis	5	299
16 Esperantina	2	86
17 Filadélfia	3	231
18 Itaguatins	5	339
19 Luzinópolis		
20 Maurilândia do Tocantins		
21 Muricilândia	1	26
22 Nazare	4	187
23 Nova Olinda	5	284
24 Palmeirante	1	40
25 Palmeiras do Tocantins	1	75
26 Piraque	3	170
27 Praia Norte	2	122
28 Riachinho	4	470
29 Sampaio		
30 Santa Fe do Araguaia	2	216
31 Santa Terezinha do Tocantins		
32 São Bento do Tocantins	2	167
33 São Miguel do Tocantins	1	
34 São Sebastião do Tocantins	2	80
35 Sítio Novo do Tocantins	2	199
36 Tocantinópolis	1	16
37 Wanderlândia	3	135
38 Xambioá	2	90
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>4.892</b>

Conforme o questionário realizado durante os workshops dos 279 entrevistados até o momento, 158 responderam que estão associados a organizações de produtores. Além disso, 87 entre aqueles que não participam de nenhuma associação demonstraram interesse em vir a participar das associações já existentes nos seus municípios.

Participa de Alguma Associação?



#### (4) O Movimento Sindical

- Sindicatos Patronais

Os sindicatos patronais filiam-se no Estado à Federação dos Agricultores no Estado do Tocantins – FAET por sua vez afiliada à Confederação Nacional da Agricultura – CNA. Os grandes e médios produtores, se organizam segundo esta estrutura que vai do local ao estadual e deste ao Nacional, constituindo entre os pares uma forma de poder ou força política, à partir da qual comparecem à cena pública de defesa de seus interesses. Sua base é formada praticamente por pecuaristas, conforme a tradição econômica regional.

O movimento estadual conta com boa margem de autonomia para assegurar o assessoramento profissional responsável pela execução dos serviços de extensão rural aos seus afiliados. Há grande interlocução entre o movimento sindical e o movimento cooperativista. São 14 as cooperativas de produtores existentes no Estado.

- Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's filiam-se à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET, ( fundada há dez anos ) e esta à Confederação de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A base do movimento é constituída por trabalhadores rurais e pequenos proprietários identificados e organizados pelas orientações políticas que os articula internamente como um único segmento agricultores familiares, a partir de um espaço caracterizadamente social. Há da parte do movimento preocupação em adquirir maior competência para a gestão desta economia em bases mais solidárias e também competitivas. Externam expectativas de que as políticas públicas direta e indiretamente relacionadas aos produtores e trabalhadores rurais concorram para o seu desenvolvimento.

Orientado nacionalmente pela CONTAG o movimento revigora as suas bandeiras “...saem de cena a luta pela reforma agrária (que progressivamente é vista empunhada por outro portador – o MST ) e aluta pelos direitos trabalhistas (que não tem mais o caráter unificados que tinha anteriormente ) e entre em cena a bandeira de luta por um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável tendo por ase a expansão e fortalecimento da agricultura familiar.” (Revista Forma e Conteúdo: 1999).

Há hoje abertura para a recomposição da unidade das demandas dos vários segmentos da sociedade rural à partir a aliança com o Estado, para o desenvolvimento de um conteúdo estratégico expresso na de um novo projeto que absorva o debate sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Não se vê no entanto uma face mais propositiva e organizativa par efetivamente avançar no terreno da organização da produção.

Reconhecem a existente entre o mundo rural e urbano, a falta de articulação entre o ensino e apesquisa e a distância dos agricultores familiares dos fóruns de gestão da produção.

Nos últimos anos da década de noventa, ampliam-se as possibilidades no Estado do Tocantins a partir do peso crescente dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para a qualificação profissional dos agricultores nas diversas regiões do Estado, ao lado de recursos oriundos da cooperação internacional.

Da avaliação feita pelo movimento sindical, fica a seguinte idéia “os desafios vem sendo superados apenas, ou sobretudo, naqueles terrenos em que o projeto político do sindicalismo rural conseguiu promover atualizações.” (Forma e Debate :1999)

A grande preocupação atualmente é trabalhar a formação como prática renovada sobre o desenvolvimento rural sustentável, sobre a economia solidária, atuação nos conselhos públicos, e não mais a formação para a organização de base ideológica.

Entendem agora a necessidade da formação de lideranças do nível local e regional com vistas ao desenvolvimento. Entendem que é preciso formar menos lutadores e mais administradores, instituindo com isto um novo terreno de ação, que precisa avançar ao nível do encadeamento de ações mais verticalizadas. Querem passar da ação imediata às ações de cunho estrutural. Para isto investem no campo da educação rural como um valor a ser desenvolvido à partir das experiências das Escolas Família Agrícola, já existente no Estado do Tocantins em Porto Nacional. Aproximam das Escolas Agrícolas Federais como meio de articular o ensino e a pesquisa, à demanda real dos produtores rurais.

Querem enfim atualizar e liberar o potencial transformador escondido atrás de velhos projetos ideológicos. Ao Estado cabe reconhecer as possibilidades de alianças esboçadas a partir deste novo projeto do movimento sindical, convidando-o a assentar à mesa para pensar o desenvolvimento com uma responsabilidade também deste ator, ao mesmo tempo em que amplia a sua capilaridade nos municípios, contando com facilitadores de seu trabalho junto aos agricultores, à exemplo do que já ocorre em muitas unidades da federação.

São hoje (54) sindicatos no Estado, dos quais apenas dois não estão em funcionamento.

A realidade brasileira reafirma hoje a necessidade de trabalhadores e produtores rurais mais organizados em associações e cooperativas de produção e de consumo a serem formadas à partir de parcerias entre sindicatos, federações e confederações produtores e trabalhadores rurais. Para isto o movimento sindical precisará superar a fase de fato extrema politização do debate. Será preciso ampliar a competência a este respeito, para que o desenvolvimento do setor agropecuário seja na verdade um dos pontos de pauta.

O mundo do trabalho rural oferece hoje um rico acervo de experiências, em que os diferentes atores descobrem possibilidades de interseção de suas atividades, patrocinadas e/ou mediadas pelo Estado favorecendo a interlocução possível entre estes. Será muito importante aprofundar sobre as possíveis interfaces entre o movimento sindical patronal e de trabalhadores rurais onde se afiliam os pequenos proprietários, para viabilizar efetivamente o desenvolvimento da agropecuária regional, na área do Estado.

#### 4. O Papel da Mulher na Agricultura

O papel da mulher na agricultura da Área do Estudo decorre do processo de organização das mulheres pelo qual pouco a pouco foi se redefinindo não apenas o modo de inserção destas na agricultura, mas atores sociais de grande importância para se pensar a questão do desenvolvimento daquela sociedade. É recente o reconhecimento do papel social vivido hoje pelas mulheres. Se antes o envolvimento destas ao nível das unidades produtivas se resumia às atividades domésticas, agora, por conta da sua inserção nas múltiplas atividades que envolvem o trabalho familiar, da produção à comercialização em feiras principalmente, seu papel não está mais restrito aos limites da casa no desempenho exclusivo de atividades rotineiras. Sem perder o domínio das atividades próprias do feminino, e experimentando a vivência de espaços sociais e políticos mais alargados, antes vedados à mulher, por serem compreendidos como domínio do masculino, paulatinamente alcançam um reconhecimento do seu papel social no plano das relações de convivência mais igualizado ao dos homens no plano da produção de contornos sociais e políticos mais amplos.

Conforme os resultados da pesquisa "Gênero e Liderança; Gênero e Direito; Gênero e Meio Ambiente" realizada em 1997, pela Coordenação Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado do Tocantins, verifica-se no bloco de questões Gênero e Meio Ambiente, onde se incluem as questões relativas à agricultura familiar, que, das 288 mulheres e dos 193 homens, que responderam à questão "O que produz o Homem e a mulher?" à exceção da

cana-de-açúcar em que estes têm uma maior participação no cultivo, as mulheres, acompanharam de modo muito próximo a participação dos homens na produção, deixando claro que a presença destas na agricultura é absorvida como o exercício da atividade principal. Não é visto mais como ajuda ao homem, ou presença complementar à do homem em suas atividades. Numa visão mais solidária entendem de acordo com a discussão de gênero, que ambos se ajudam e mutuamente se complementam nos afazeres que envolvem o dia a dia dentro e fora da unidade produtiva. Quanto aos rendimentos na pecuária as mulheres têm alcançado posições muito próximas das dos homens.

De acordo com esta mesma pesquisa sobre o controle de atividades que requerem maiores informações, foi inferior do número de mulheres que conhecia nota fiscal de um modo geral, e/ ou a nota fiscal específica do produtor rural e bem menor o de mulheres já tinha feito algum contrato de arrendamento. Por outro lado, outras respostas mostraram como as mulheres já avançaram quanto à base de conhecimentos que têm hoje para lidar com situações cotidianas que as articulam e também a outros atores.

Depreende-se dos resultados desta pesquisa que há hoje nesta grande região, uma consciência muito forte da necessária participação da mulher na economia familiar. Segundo esta mesma pesquisa verificou-se que há maior equilíbrio nas propriedades onde a mulher tem maior participação nos termos acima. Citando o próprio texto dir-se-ia que: *“Percebemos que por onde a gente anda nessas comunidades e que a situação é de uma casa rodeada de pasto; a família está mais empobrecida, a participação da mulher na economia da família é menor. E quando a casa está com cultura permanente, criação de porco, galinha e a roça é perto de casa, com certeza a participação da mulher na economia familiar é melhor, a família é mais estabilizada financeiramente.”*

No relatório de 1998 informava-se sobre a diversidade social formada por trabalhadores rurais sem terra e pequenos produtores rurais praticando a agricultura familiar, dentre os quais menciona-se o trabalho da mulher como uma realidade ao nível da produção. Assim a referida pesquisa na qual se baseava o relatório, dava como resultado da investigação de campo no Extremo-Norte (Bico do Papagaio), atividades rurais desempenhadas pelas mulheres, que estão sendo corroborados pelos resultados da atual pesquisa aqui analisada. As mulheres desenvolviam *“a produção de mudas, capina, colheita, secagem e seleção, tarefas estas realizadas na mesma proporção que os homens.”* e segundo se dizia *“em dias sem atividade na lavoura, mulheres e meninas ocupam mais de 7 horas diárias na coleta e quebra do coco do Babaçu.”*

No atual relatório se introduz como novidade, o fato da quebra do babaçu ter se tornado não só a atividade principal para muitas famílias como a entrada de renda, mas uma atividade que se institucionalizou como prática que a cada dia absorve um maior número de mulheres. São hoje mais de 500 as mulheres associadas à entidade regional (ASMUBIP) integrada por 33 núcleos criados entre o Norte e o Extremo Norte do Tocantins. Desta forma altera-se a informação anterior que dizia *“...a maioria das atividades relacionadas com obtenção de capital e manutenção são de responsabilidade dos homens. A fonte de renda controlada pelas mulheres é muito pouca, e a maior parte é destinada ao consumo doméstico”*. Afirmava-se que a renda obtida pela comercialização do Babaçu era toda ela controlada pelas mulheres e utilizada na obtenção de itens para o consumo doméstico. A se pensar no padrão de vida de trabalhadoras envolvidas nesta prática, chega-se hoje a uma distinta conclusão de que estas controlam a é a renda que mantém as famílias.

É importante lembrar que a ASMUBIP foi criada em 1992, com o objetivo de organizar as quebradeiras do coco do babaçu na atividade de coleta, distribuição e processamento das nozes extraídas deste. A associação é gerenciada pelas próprias mulheres com o auxílio de ONG'S. As atividades da associação também contribuem com a proteção do meio-ambiente. Por outra parte, o RURALTINS tem levado a cabo programas de assistência social através da realização de cursos tais como economia doméstica, artesanato, cultivo de hortas, indústria caseira, criação doméstica de animais, nutrição, cuidados básicos de saúde, etc., para as mulheres do meio rural. Entretanto, estes programas continuam tendo alcance aquém do necessário frente às demandas locais das mulheres e suas famílias.

## 5. Reforma Agrária

Na região do Estado foram criados até o presente momento pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, 77 Projetos de Assentamento, em 29 municípios onde foram assentadas 7939 famílias. A grande diferença de tamanho entre as áreas determina um número também muito diferente de famílias por assentamento. É importante saber que até à titulação definitiva da terra correspondente à fase de emancipação dos Projetos, muitas etapas têm que ser formalmente realizadas. A maior concentração destes se dá na região do Bico do Papagaio, onde tradicionalmente houve notadamente uma luta mais intensa por terra, por parte de trabalhadores rurais da região e demais outros originários dos Estados do Pará e do Maranhão.

Prevê-se para cada família após o seu assentamento, a concessão de dos tipos de crédito assim distribuídos a partir de 1999:

- Crédito Instalação, subdividido em crédito apoio, destinado à alimentação e fomento inicial das atividades agrícolas, e crédito para a aquisição de material de construção.
- Crédito Produção, destinado ao custeio e ao investimento para melhores condições de trabalho contando além dos recursos do próprio INCRA administrados pelo PRONAF, com recursos de outros três fundos constitucionais.

Como a liberação dos créditos está condicionada a uma série de pré-condições traduzidas em procedimentos e encaminhamentos formais e legais, muitas vezes o repasse dos valores aos assentados, tem demorado excessivamente. Pendências jurídicas impedem por exemplo o parcelamento das áreas dificultando a efetivação da presença das famílias nestas como lugar de moradia e de produção. Ao lado disto se vê configurar na região uma contraditória situação de pobreza de famílias com terra e sem as mínimas condições de explorá-las.

Uma questão a colocar, é que se a reforma agrária promove o adensamento da população com os assentamentos praticamente de uma única vez, o esvaziamento dos assentamentos em massa pode ser dentro de algum tempo uma possibilidade a ser considerada, dada às condições em que se encontram as áreas tendo em vista as necessidades das famílias para se efetivarem como produtoras rurais.

Na tabela abaixo se aponta o estágio em que se encontram os assentamentos na área do Estado. Chama-se a atenção para o grande número destes ainda na fase de implantação, uma vez que muitos foram criados há vários anos.

## Projetos de Assentamentos e de Colonização

### O número de famílias assentadas

Município	Implantação	Assentamentos em fase de Consolidação	Emancipação
Angico	1		
Aragominas	5		
Araguaína	2	1	1
Araguanã	1		
Araguatins	15	3	
Augustinópolis	4		
Axixá do Tocantins	5	1	
Buriti do Tocantins	2		
Carmolândia	1		
Darcinópolis	3		
Esperantina	4	5	
Filadélfia	1		
Itaguatins	2	1	
Maurilândia do Tocantins	1		
Muricilândia	1		
Nova Olinda	1		
Palmeirante	1		
Palmeiras do Tocantins	3		
Piraquê	3		
Praia Norte		3	
Riachinho	4		
Sampaio	3		
Santa Fé do Araguaia	3		
São Bento do Tocantins	1		
São Miguel do Tocantins	1		1
São Sebastião do Tocantins	4	1	
Sítio Novo do Tocantins			1
Wanderlândia	1		
Xambioá	4		
Total dos 29 Municípios	77	15	3

## 6. Problemas Sociais Destacados

De acordo com um padrão básico de vida, pelo qual sejam estabelecidas as necessidades consideradas universais, os maiores problemas da sociedade rural em análise, decorreriam das más condições de vida, explicadas por sua vez pelo difícil acesso destas a bens como a saúde e a educação (como poderá ser visto nos itens correspondentes à frente) e ainda da falta de autonomia econômica, que impedem esta sociedade de uma realização mais plena no plano da produção principalmente. Neste sentido é que o problema da pobreza se destaca desta matriz intrincada por muitos outros problemas como sendo o maior deles. Na realidade a observação e análise dos dados referentes à Área do Estudo tem mostrado que pobreza é para esta sociedade, mais uma consequência de outros fatores que interferem sobre o seu desenvolvimento, que um problema em si mesmo, já que a região reúne condições favoráveis para a modificação do atual padrão de vida pela via do desenvolvimento sustentável.

## 7. Serviço de Assistência Técnica

As atuais condições dos Serviço de Assistência Técnica foram examinadas aqui a partir da percepção dos produtores rurais demonstrada nos questionários. Isto é, a partir das sugestões que deram como resposta à questão que lhes foi dirigida nos seguintes termos: "Quais suas sugestões para a melhoria do serviço de Assistência Técnica?".

As análises são preliminares, baseando-se em respostas relativas a apenas uma um pouco mais de 50% dos questionários previstos para aplicação nos treze workshops. Em atenção a este aspecto, as afirmações não podem ser conclusivas e muito menos generalizadas, servindo apenas como indícios de

possíveis posições ou modo de percepção dos produtores rurais sobre a prestação do referido serviço. O material analisado é decorrente de 279 questionários aplicados individualmente aos produtores presentes nos oito workshops (em média 40 questionários por workshop) realizados em oito municípios.

Nestes encontros estiveram presentes produtores rurais do próprio município aonde se realizou cada workshop e também outros produtores rurais grandes, médios e pequenos, mobilizados nos municípios vizinhos. Com isto, os questionários foram aplicados a um universo muito mais abrangente e representativo da região e não apenas do município aonde acontece cada workshop.

Responderam à questão acima mesmo os produtores que informaram nas entrevistas sobre o não recebimento de Assistência Técnica em suas propriedades. Como cada entrevistado pode dar mais de uma sugestão, a presente análise se baseia num número diferente de questionários (menor) e respostas (maior).

As análises se orientaram pela seguinte metodologia: a) listagem de todas as sugestões; b) agrupamento das sugestões segundo as maiores semelhanças entre estas; c) agrupamento num só item das sugestões desviantes do perguntado pelo questionário; e, d) estabelecimento de uma tipologia provisória para as respostas, contendo as onze modalidades de respostas identificadas conforme apresentado abaixo:

Sugestões para o serviço de assistência técnica da região

Descrição	Quantidade
Não tem sugestão	91
Aumento do número de técnicos	79
Melhoria da qualidade do serviço	30
Assistência Especializada	15
Ampliação de estrutura	14
Implantação do serviço	10
Regularidade do serviço	8
Capacitação de técnicos	6
Capacitação de produtores	4
Maior empenho dos técnicos	2
Outras	26
<b>Total</b>	<b>285</b>

Analisando as sugestões apresentadas de um modo geral sem vinculá-las a nenhum segmento específico de produtores rurais, pode-se observar na primeira parte da análise o seguinte:

1. Aproximadamente 40% dos entrevistados disse não ter sugestões a dar. Considerando que esta é uma resposta única, verificou-se que o universo das sugestões se reduziu às respostas dadas nos 188 questionários (88,63% do total) restantes com 194 respostas relativas à questão que nos serve inicialmente de base para esta análise.
2. Percorrendo todos os itens relativos às sugestões vê-se que os produtores reconhecem o Serviço de Assistência Técnica como de grande importância. A maioria dos entrevistados relacionou a importância deste serviço mais ao desenvolvimento de sua propriedade que ao desenvolvimento regional.
3. As respostas sugerem estar baseadas numa percepção sobre o Serviço originada da própria experiência em muitos casos e noutros não. De todo modo os produtores rurais a apresentarem sugestões com maior ênfase sobre dois pontos específicos, *aumento do número de técnicos e melhoria da qualidade do serviço*. Os outros pontos na tipologia (sete) de sugestões indicada mais acima reforçam o entendimento que se teve sobre os aspectos mencionados com maior frequência, principalmente quando se considera que as respostas podem ter sido dadas pelas

mesmas pessoas para qualificar o que propunham como melhoria. O que ficou de comum entre todas as posições é que, de um modo ou de outro, estas apresentaram sugestões relacionadas à melhoria do serviço fazendo supor, que o produtor rural tenha apresentado as sugestões simultaneamente como aceitação da Assistência Técnica e como crítica coincidente nos diferentes municípios.

4. A análise interna de cada conjunto de sugestões levou a uma conclusão parcial (faltam ainda as respostas de cinco etapas de questionários) de que foi demonstrada uma expectativa muito maior quanto ao serviço de Assistência Técnica que vem sendo realizado. Contudo os produtores rurais ao que parece não estão fazendo uma avaliação negativa do Serviço em si mesmo, mesmo quando descem a aspectos muito específicos como os que ficaram detrás das posições identificadas para fins desta análise, mas que se evidenciam na outra parte desta.

Passando à segunda parte pretendeu-se correlacionar as respostas dadas à questão que serve de base para a presente análise aos segmentos específicos de entrevistados que as deram, bem como a outras questões do questionário que trataram dos planos para a propriedade e da visão sobre o futuro da região, por relativamente interdependentes:

1. Verificou-se que das sugestões mais específicas sobre os aspectos a serem melhorados na Assistência Técnica, voltados para a pesquisa, implantação de projetos piloto de desenvolvimento partiram expressivamente dos produtores com propriedades acima de 1.200 ha. Permitindo ver que desejam uma Assistência Técnica mais ampla. No entanto, poucos destes produtores responderam à questão com indicação de inovações na produção ao se referirem aos planos futuros para propriedade. Percebeu-se uma forte tendência e desejo de intensificação da atividade tradicional, no caso destes a pecuária. Demonstraram um acentuado otimismo quanto ao futuro da região e que estão mobilizados para o desenvolvimento do setor agropecuário.
2. Os médios produtores em propriedades entre 640 e 1200 ha tenderam a sugerir quanto às melhorias na Assistência Técnica uma maior intensificação na prestação do Serviço ao nível das propriedades. O modo como sugerem as melhorias é visivelmente diferente de como sugere o segmento anterior. Com referência aos planos para a propriedade, os médios produtores mostraram-se interessados no desenvolvimento da piscicultura e da criação de pequenos animais, deixando ver independente disto uma maior abertura para a introdução de inovações. Este segmento vê o futuro da região com um otimismo relacionado ao desenvolvimento dos transportes e das condições tecnológicas.
3. Os entrevistados com propriedades de 320 a 640 ha demonstraram posições muito assemelhadas às dos médios produtores ao se referirem às melhorias para a Assistência Técnica, sugerindo principalmente a intensificação desta e a ampliação das possibilidades de um serviço mais especializado para o atendimento ao produtor (veterinários, agrônomos e outros) como de grande necessidade. Ao responderem sobre seus planos para a propriedade citaram com mais ênfase a criação de pequenos animais e a piscicultura e em menos vezes apontaram a fruticultura. Vêem com otimismo o futuro da região.
4. O segmento de produtores ainda com menores extratos de terra de 200 a 320 ha, fez sugestões para as melhorias para a Assistência Técnica pelas quais indicaram um estar havendo um descompasso entre o que está sendo oferecido pela Assistência Técnica e o que de fato é a demanda deste segmento. Os casos de crítica institucional mais direta localizadas neste segmento, mesmo sendo de baixa frequência merece ser aprofundada antes de qualquer afirmação conclusiva. Este vem a ser um segmento mais abertos às inovações e à introdução de novas culturas como a pecuária de leite como foi o caso de Augustinópolis. De um modo geral as sugestões tendem a um grau menor de otimismo que se vê refletido nos planos para a propriedade e para a região marcadamente menos específicos.

5. Os entrevistados com 100 a 200 ha foram os que apresentaram sugestões de melhorias para a Assistência Técnica relacionadas à estrutura para o serviço, aos recursos humanos, à qualidade e frequência no atendimento e ao relacionamento técnico-produtor. Mostraram-se abertos às inovações, citando como atividades desejadas a fruticultura e a piscicultura. Por outro lado os entrevistados com propriedades até 50 ha, sugeriram a intensificação na prestação do Serviço e também solicitaram a implantação deste – um aspecto que precisa ser melhor esclarecido para se compreender a natureza de tal solicitação.

É importante esclarecer que dos entrevistados que responderam à pergunta analisada apresentando sugestões, 180 informaram não receber Assistência Técnica, podendo mesmo assim apresentar sugestões.

Posteriormente será dado um tratamento às informações levando-se em conta o total das respostas a cada pergunta do questionário. Diante disto é que poderão ser estabelecidas as relações necessárias ao entendimento mais geral sobre a Assistência Técnica e sobre outras questões mais abrangentes direta e indiretamente relacionadas a esta.

No entendimento provisoriamente apontado, se os questionários trouxeram as impressões dos produtores quanto às melhorias para a Assistência Técnica, acredita-se que o campo de questões relativas ao manejo da produção poderá oferecer informações mais objetivas que subsidiarão as futuras análises ao nível de esclarecimentos sobre pontos ainda obscuros ou contraditórios no que se refere à visão dos produtores sobre a Assistência Técnica.

## 8. Povos Indígenas

A população indígena do Estado do Tocantins soma hoje aproximadamente 5.273 habitantes. Por sua vez os dois grupos indígenas presentes na Área do Estudo, os Xambioá e os Apinajé somam uma população de apenas 1230 habitantes. Eles coletam tubérculos, raízes, jenipapo, cajú e mangaba e cultivam a batata-doce, mandioca, banana, algodão, pimenta, tabaco e plantas medicinais. Hoje em dia, sob a influência do mundo exterior, eles plantam arroz e feijão através do sistema de roça de toco, visando a própria subsistência. No momento, enfrentam muitas dificuldades na sobrevivência e na obtenção de alimentos. As principais razões desses problemas são: diminuição da área de suas aldeias e a constante presença de turistas, pescadores e criadores de gado. Além disso, a influência do mundo exterior tem causado danos e a perda de sua cultura original, propiciando a aquisição de hábitos civilizados.

Povos Indígenas

Nome do Grupo	Família Lingüística	Reserva Indígena	População	Observações
JAVAÉ	Macro-Jê	Ilha do Bananal, 160.784 há	285	Sub-grupo dos Karajás
KARAJÁ	Macro-Jê	Ilha do Bananal, Parque Indígena do Araguaia, 1.395.000 há	1.801	
XAMBIOÁ	Macro-Jê	Município de Xambioá, 3.265 há	226	Subgrupo dos Karajá
APINAJÉ	Jê	Município de Tocantinópolis 141.904 há	964	
KRAHO	Timbira	Municípios de Itacajá e Goiatins 302.533 há	1.402	
XERENTE	Jê	Município de Tocantínia 167.542 há	1.095	
BOTO VELHO		Municípios de Cristalândia e Pium sem demarcação de área	95	
FUNIL		Município de Tocantínia 15.704 há	190	
TOTAL			6.058	

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1999

Os Apinajés formam suas aldeias em áreas de florestas ciliares de riachos que são afluentes do rio Tocantins, no município de Tocantinópolis, na região Extremo-Norte do Estado. Hoje em dia, eles obtêm sua alimentação diária através da agricultura e da extração de cocos de Babaçu. Eles cultivam batatas, milho, mandioca, amendoim e tabaco.

Os padrões sociais destes grupos indígenas seguem a linha matriarcal, e sua orientação quanto ao sagrado está centrada em espíritos, os dois mais importantes sendo os da terra e o da floresta. Entre os povos indígenas, os eventos mais importantes são aqueles que centram os cultos animísticos tribais.

## 9. Serviços de Educação

### (1) Educação Básica

Os serviços de educação básica são responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e das prefeituras municipais, sob as diretrizes do Ministério da Educação. A secretaria trabalha com 10 escritórios regionais (as zonas administrativas são diferentes daquelas estabelecidas pelo SEPLAN) que supervisionam o ensino de primeiro grau (8 anos de duração) e segundo grau (3 anos de duração).

De acordo com dados da secretaria, o número total de escolas de primeiro grau no estado é 2.848; 2.778 escolas públicas e 70 escolas privadas. O número de professores e alunos é, respectivamente, 13.323 e 307.414. No primeiro grau, o número médio de alunos por escola é de 108 e o número médio de alunos por professor, 23. A porcentagem de alunos que concluem os primeiro quatro anos do curso de primeiro grau é de 62%. A porcentagem de alunos que deixam a escola sem terminar os primeiro quatro anos é de 17%. O restante representa o número de alunos repetentes ou transferidos. Quanto aos últimos 4 anos do primeiro grau, a porcentagem de alunos que concluem esta etapa é de 63% e a evasão representa 19%. O relatório anterior apontava como causa da evasão escolar, na zona rural, a participação dos jovens nas atividades agrícolas e/ou outras atividades de trabalho, quer se introduzir aqui um comentário que vai na contramão deste argumento, dizendo que a educação como valor, procura adaptar-se ela mesma à realidade do educando, e não o contrário, já que os ciclos produtivos obedecem à fatores nem sempre controláveis pela vontade humana. Para aqueles que não puderam completar o curso na idade regulamentar, são oferecidos cursos ou exames supletivos através dos quais ele pode conseguir a formação e graduação.

Na zona rural, a rede física é além de escassa, muito precária. As unidades em alvenaria são ainda muito poucas. A maioria tem tetos de palha, paredes de barro e piso de terra batida. Funcionando em salas ou classes multi-seriadas, os alunos da 1ª a 4ª séries têm aula simultânea com o mesmo professor, comprometendo substantivamente o aprendizado específico de cada série e a educação básica ao longo do tempo destinado à escolaridade neste nível. Ao lado disto professores rurais pouco ou quase nada qualificados para este exercício, levam avante um processo de educação desconectado da realidade dos educandos. A Secretaria de Educação tem lutado pela melhoria da qualificação dos professores apontados acima através de treinamentos onde se insiste substantivamente sobre conteúdos mais reais. A oferta da merenda escolar contribui para a melhoria nutricional dos alunos, e com isto para a manutenção destes o aluno na escola.

Existem 171 escolas de segundo grau no estado: 152 escolas públicas e 19 escolas privadas. O número total de professores e alunos é, respectivamente, 2.136 e 3.513. Existem cinco escolas agrotécnicas de segundo grau no estado: 1 escola federal em Araguaínas, 1 escola municipal em Fátima, 1 escola do estado, pertencente à UNITINS, em Natividade, 1 escola estadual em Pedro Afonso (SEDUC) e 1 escola em Canuanã.

## (2) Educação Profissional

O Ministério do Trabalho, através do Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR, tem implementado a educação profissional no Brasil. Os objetivos do PLANFOR são o de mobilizar e articular a capacidade de educação profissional disponível no país de forma a qualificar, a partir de 1999, pelo menos 20% da população economicamente ativa, o que significa um efetivo de, aproximadamente, 1,5 milhão de trabalhadores. Os recursos do plano provêm do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) do governo federal e do orçamento dos governos estaduais participantes.

Em 1996, dentro do PLANFOR, foram realizados 103 cursos em 53 municípios do estado do Tocantins e houve a participação de 7.187 trabalhadores. Os cursos foram ministrados em parceria com os seguintes organismos: SECAD, SENAR, RURALTINS, SENAC, ULBRA (Universidade Luterana do Brasil), SEBRAE e ABEADÉTINS. A UNITINS participou nos projetos especiais.

Basicamente, o treinamento na área rural é realizado pelo RURALTINS e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizado Rural) e, algumas vezes, pelo SEBRAE. Nos anos 1995/96, os cursos de qualificação para os técnicos do RURALTINS foram os seguintes: 12 cursos na área agrícola, 16 cursos na área de pecuária, 2 cursos na área de assistência social e 11 cursos em outras áreas. Os cursos de qualificação de pequenos produtores rurais, conduzidos pelo RURALTINS, foram 64 cursos cobrindo as áreas de criação de pequenos animais (frango e porcos), artesanato, indústria caseira, criação de abelhas e outros, em diversos municípios.

## (3) Educação Superior

Existem duas universidades estabelecidas no Estado: UNITINS e ULBRA. Além disso, também há uma faculdade, a FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), estabelecida no município de Gurupí e a FECIPAR (Faculdade de Educação de Paraíso), em Paraíso do Tocantins.

UNITINS foi criada em 1990 como uma universidade estadual e foi transformada em fundação de direito privado em 1996. Os 10 centros que formam a UNITINS estão distribuídos nas principais cidades das várias regiões, de acordo com a política estadual de descentralização. As faculdades relacionadas com o setor agropecuário estão estabelecidas em Araguaína (Medicina Veterinária), na região norte, Gurupí (Agronomia), na região sul e Paraíso do Tocantins (Engenharia de Alimentos), na região central. Em 1995, o número total de alunos era de 3.321. A UNITINS oferece 6 cursos de pós-graduação dentre os quais cursos nas áreas de Agronomia e Medicina Veterinária. A EMBRAPA e a Universidade Federal de Lavras, no estado de Minas Gerais, tem dado cooperação técnica na realização destes cursos. O Campus de Gurupí (Faculdade de Agronomia) e o Campus de Araguaína

(Faculdade de Medicina Veterinária) são os responsáveis pela pesquisa agropecuária desenvolvida no Estado.

A ULBRA, que é uma universidade privada, oferece 5 cursos, todos em Palmas. Dentre eles, há o curso de engenharia agrícola. O número total de alunos desta universidade é de 923. A FAFICH conta com 929 alunos e é mantida pela municipalidade de Gurupí.

#### (4) Educação Indígena

Como mencionado no item 4.1.3 (2), existem 6 grupos indígenas vivendo em zonas remotas e rurais no Estado do Tocantins. Todos eles tem sua cultura e idioma próprios.

Em 1991, o governo estadual celebrou um acordo com a Universidade Federal de Goiás e a FUNAI no sentido de promover a educação dos grupos indígenas e assim foi dado início ao "Projeto de Educação Indígena". Como primeira etapa para alcançar este objetivo, foi realizado o treinamento de professores indígenas, membros da própria comunidade, que ensinam e se comunicam no mesmo idioma de seus alunos, utilizando elementos tanto da cultura indígena quanto da cultura brasileira. O ensino também é ministrado em idioma português.

A educação ministrada compreende os 4 primeiros anos do ensino de primeiro grau. Os dois primeiros anos são bilíngues e o restante é dado apenas no idioma português. O treinamento dos professores indígenas é realizado regularmente pela Coordenadoria de Educação Indígena, órgão da Secretaria de Estado de Educação e Cultura em colaboração com a Universidade Federal de Goiás.

Em 1997, a situação da educação indígena no estado é a seguinte: existem 52 escolas distribuídas no mesmo número de aldeias atendendo 1.777 alunos.

#### (5) Grau de Alfabetização

De acordo com o Censo de 1991, a taxa de alfabetização de pessoas com mais de 10 anos de idade, no Estado do Tocantins, era de 69,25%: 56,50 % na zona rural e 78,04% na zona urbana. O baixo grau de alfabetização verificado na zona urbana deve-se ao afluxo de população proveniente do meio rural. As taxas médias de alfabetização no País e na região Norte são, respectivamente, 80,28% e 75,06%. Verifica-se que o Estado do Tocantins encontra-se abaixo dessas duas médias.

Quanto a grupos etários, a taxa de alfabetização tanto de homens como de mulheres acima de 40 anos é inferior a 50%. No caso das mulheres, nesta faixa etária, a taxa é de 42,7%, inferior à dos homens. Entretanto, na faixa etária inferior a 40 anos, a taxa de alfabetização entre as mulheres é maior.

Taxa de Alfabetização por Faixa Etária

Faixa Etária	Total	Homens	Mulheres
10 a 19 anos	77,83%	72,77%	83,05%
20 a 29 anos	80,72%	77,77%	83,74%
30 a 39 anos	72,46%	71,45%	73,49%
acima de 40 anos	46,23%	49,36%	42,68%
Média	69,25%	67,25%	70,74%

Fonte: Censo 1991, IBGE

#### 10. Serviços de Saúde

A coordenação dos serviços de saúde no Estado do Tocantins é responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde) do Ministério da Saúde. A condução administrativa das políticas de saúde é feita através de três escritórios regionais: escritório regional do norte em Araguaína, escritório regional do sul em Gurupí e escritório regional central em Palmas. São 11 hospitais regionais supervisionados pelos escritórios regionais.

No total, os hospitais são os seguintes: 8 hospitais de caridade, 3 hospitais estaduais, 39 hospitais municipais e 17 hospitais particulares, além dos já mencionados hospitais regionais. De acordo com dados de 1995, os profissionais engajados nos serviços médicos eram os seguintes: 561 médicos, 175 enfermeiras, 1.437 auxiliares de enfermagem, 227 dentistas, 22 fisioterapeutas e 34 biomédicos. O

número de leitos hospitalares era de 1.172 nos hospitais públicos, 710 nos hospitais privados e 870 em outras instalações (centros de saúde).

#### (1) Principais Enfermidades

De acordo com dados da Secretaria, a taxa de profissionais da área de saúde para cada 10.000 habitantes é de 5,27 médicos, 3,69 dentistas, 1,77 enfermeiras. Quanto a leitos hospitalares, são 4,2 leitos para cada 10.000 habitantes. Em comparação com os dados do país e da região Norte, o número de médicos no Tocantins é inferior a metade da taxa do país (13,04), mas a diferença com a região Norte é pequena (6,02). Os gastos anuais com saúde no Tocantins são de R\$32,52 por pessoa. Este gasto é maior se comparado com a média da região Norte (R\$ 24,92).

Recentemente, doenças diarréicas agudas estão espalhadas por todo o Estado e foi registrado um número de 9.766 pacientes em 66 municípios, no ano de 1996. A leishmaniose visceral é encontrada a cada 0,45 em cada 10.000 habitantes. A malária está controlada no Estado, ocorrendo alguns casos isolados entre os assentados nos assentamentos do INCRA. Assentados provenientes do Pará trazem a malária incubada e acabam desenvolvendo a doença em Tocantins. A doença de Chagas se espalha entre moradores que habitam casas cobertas com palha e paredes de barro e 3,4% da população total do estado são portadores da doença. O dengue também tem uma alta taxa de disseminação pelo Estado.

Na zona rural, existem muitos casos de tuberculose, hanseníase e hepatite causados pela pobreza, desnutrição e condições sanitárias precárias. Também existem casos de meningite.

#### (2) Medicina Preventiva e Educação de Saúde

A Secretaria tem implementado ações como vacinações contra a tuberculose, febre amarela e hepatite do tipo B, pulverizações para controle da malária e testes de sangue para verificação da leishmaniose visceral de maneira a criar uma mentalidade preventiva das doenças epidêmicas e infecciosas. Além disso, a Secretaria também prepara e fornece soro anti-oftálmico. Os pacientes de tuberculose e hanseníase recebem medicamentos gratuitos.

O controle e a prevenção de doenças a nível doméstico, tem sido feito pela Secretaria de Saúde através das campanhas de saúde e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, pelo qual aloca-se 1 agente para o acompanhamento de cada conjunto de 150 pessoas da área rural a partir dos hospitais regionais. Além disso, programas de saúde são realizados nas escolas de primeiro e segundo graus com o treinamento de voluntários entre os próprios alunos.

Programas de higiene bucal são realizados, a título experimental, em 4 municípios onde são fornecidos comprimidos de flúor para a população.

#### (3) Outros

Quanto à saúde materno-infantil, a Secretaria presume que exista ainda uma alta taxa de mortalidade infantil embora esta afirmação não esteja baseada em dados oficiais. As principais causas são a desnutrição, doenças diarréicas, pneumonia e natimortos. A incidência de morte de parturientes, é ainda muito alta Estado com base a proporção de 150 a cada 10.000 mulheres. Segundo a explicação dada as causas são a ignorância quanto aos procedimentos cabíveis na fase do pré-natal e a desnutrição durante a gravidez.

Atualmente, está em vias de conclusão uma pesquisa, assessorada por um consultor da UNICEF, sobre a saúde materno-infantil: PESMITO (Pesquisa de Saúde Materno-Infantil do Estado do Tocantins).

República Federativa do Brasil  
Estado do Tocantins  
Secretaria da Produção (SEPRO -TO)  
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN -TO)

Agência de Cooperação  
Internacional do Japão  
(JICA)

*ANEXO V*

## **CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA**

---

## ANEXO V

### CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA

1.	Transportes .....	V - 1
(1)	Transporte Rodoviário .....	V - 1
(2)	Transporte Ferroviário .....	V - 1
(3)	Transporte Fluvial .....	V - 1
(4)	Transporte Aéreo .....	V - 2
2.	Outros .....	V - 2
(1)	Instalações de Armazenamento .....	V - 2
(2)	Rede Elétrica .....	V - 2

## 1. Transportes

No passado, a Área do Estudo se encontrava em uma localização desvantajosa, porém há poucos anos atrás, a inauguração da ferrovia de Carajás e também do porto de Itaqui no Maranhão contribuiu para melhorar a sua localização estratégica. Com a atual construção da ferrovia Norte-Sul a ser ligada futuramente à ferrovia de Carajás, o Estado está mudando pouco a pouco da posição anterior para uma de mais fácil acesso, na medida em que conta hoje com os meios de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial.

### (1) Transporte Rodoviário

A rodovia Belém-Brasília corta o Estado do Tocantins, sendo interceptada pela rodovia Transamazônica a extremo-leste da Área do Estudo, no município de Aguiarnópolis. A rodovia Belém-Brasília é toda pavimentada bem como as estradas que ligam os principais municípios do seu entorno na Área do Estudo.

A pavimentação das estradas está em ritmo acelerado, sendo esta de grande importância para o transporte e para a comercialização de produtos em outras regiões. Para o Extremo-Norte do Tocantins, as cidades de Imperatriz no Estado do Maranhão e Marabá no Estado do Pará são os pontos principais para o abastecimento do comércio atacadista. Futuramente, pensa-se que Araguaína, Xambioá, Aguiarnópolis, Araguatins e Axixá venham a ser os municípios com o maior trânsito nas estradas, com destaque para Aguiarnópolis que estará futuramente num ponto de intersecção entre as rodovias, o porto fluvial e a ferrovia Norte-Sul.

### (2) Transporte Ferroviário

A construção das linhas férreas está também em ritmo acelerado, sendo que com a interligação da linha norte-sul à de Carajás, virá a ser possível o transporte para o porto de Itaqui no Estado do Maranhão. Atualmente, esta está inaugurada somente até o município de Estreito, no Estado do Maranhão, mas futuramente irá transitar paralelamente ao rio Tocantins, ligando assim capitais da região central do Brasil. No lado do Estado do Maranhão, já está quase concluído o pátio de transbordo de cereais, com uma parte já em atividade. Para o futuro, foi planejado que parte deste pátio deverá ser construída na cidade de Aguiarnópolis, no Estado do Tocantins.

Outro projeto é o da construção de uma linha férrea interligando os municípios de Aguiarnópolis e Xambioá. Esta obra poderá tornar-se realidade uma vez que será realizada pelo governo federal, como um dos projetos de transporte do rio Araguaia.

Com esta infra-estrutura, será possível o transporte de grandes cargas, especialmente para o porto de Itaqui que se localiza no final desta ferrovia, onde estão sendo construídos grandes pátios para o futuro movimento das exportações a serem realizadas para capitais estrangeiras.

### (3) Transporte Fluvial

Mesmo não havendo atualmente vias fluviais em fase de construção, possivelmente no futuro este será um meio de transporte de cereais a ser utilizado entre esta região e o centro-oeste. É projeto do governo federal ter futuramente o rio Araguaia como meio de transporte de cereais do Estado do Mato Grosso: os cereais seriam descarregados em Xambioá e imediatamente transferidos para a futura linha férrea (Xambioá-Aguiarnópolis) por onde seriam levados até o porto de Itaqui. De acordo com o movimento descrito acima, deverá ser projetado um porto com capacidade de embarque e desembarque fluvial e férreo.

#### (4) Transporte Aéreo

Em Araguaína, na parte central da Área do Estado, já há um aeroporto que interliga esta área às principais capitais do País.

#### 2. Outros

##### (1) Instalações de Armazenamento

O Estado possui uma capacidade de armazenamento de 1.600.000 toneladas, das quais uma capacidade de 13.500 toneladas encontra-se dentro da Área do Estado, ainda que não houvesse produção, distribuição e transporte de cereais. As principais instalações se localizam nos municípios de Araguaína e Tocantinópolis, estando porém relativamente ociosas quanto à sua capacidade.

##### (2) Rede Elétrica

No Estado, as principais linhas elétricas de alta tensão que cortam verticalmente a parte central são administradas pela ELETRONORTE e as linhas secundárias, pela CELTINS.

República Federativa do Brasil  
Estado do Tocantins  
Secretaria da Produção (SEPRO -TO)  
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN -TO)

Agencia de Cooperação  
Internacional do Japão  
(JICA)

*ANEXO VI*

## **SITUAÇÃO ATUAL DO USO DA TERRA**

---

## ANEXO VI

### SITUAÇÃO ATUAL DO USO DA TERRA

1.	Situação Atual do Uso da Terra.....	VI - 1
(1)	Divisão do Uso e Área.....	VI - 1
(1.1)	O Uso da Terra na Agricultura.....	VI - 1
(1.2)	Uso das Áreas de Pastagens.....	VI - 1

## 1. Situação Atual do Uso da Terra

### (1) Divisão do Uso e Área

A maior parte da Área do Estado é composta por pastagens, com 37.000 km<sup>2</sup>. Os dados abaixo são da SEPLAN/ZEE GIS com base nos dados de áreas do IBGE. A área relativa à Agricultura é de apenas 1%, sendo mais da metade constituída de pastagens.

Divisão da área e uso da terra do estudo (km<sup>2</sup>)

	Águas	Pastagens	Cerrado	Florestas	Casas, Lotes	Agricultura	Total
Região I- ARAGUATINS	149,9	1.892,9	1.345,1	1.401,4	6,2	65,5	4.861,00
Região II- AUGUSTINÓPOLIS	45,5	1.224,3	241,9	577,0	9,1	51,2	2.149,00
Região III- TOCANTINÓPOLIS	82,1	2.496,1	3.537,8	570,0	11,3	63,7	6.761,00
Região IV- XAMBIOÁ	82,4	3.620,6	445,0	1.331,5	4,2	36,3	5.520,00
Região V- ARAGUAÍNA	193	10.517,1	3.692,3	3.162,0	42,8	153,8	17.761,00
Da Área do Estado	552,9	19.751,0	9.262,1	7.042,0	73,6	370,4	37.052,00
Proporção na área	1,49%	53,31%	25,00%	19,01%	0,20%	1,00%	100,00%

#### (1.1) O uso da terra na Agricultura

A principal cultura no Estado é a Mandioca, seguida do Milho e do Arroz de Sequeiro. A área de cultivo corresponde a 0,63% do total da área das propriedades agrícolas.

Área de plantio no ano de 1998 na Área do Estado (ha)

	Arroz	Milho	Mandioca	Feijão	Abacaxi	Cana de Açúcar	Total	% da área de agricultura
Região I- ARAGUATINS	3.180	2.290	635	410	30	0	6.545	0,66%
Região II- AUGUSTINÓPOLIS	1.820	1.745	855	700	0	0	5.120	0,61%
Região III- TOCANTINÓPOLIS	3.450	1.690	675	515	4	35	6.369	0,69%
Região IV- XAMBIOÁ	1.390	1.700	325	165	48	0	3.628	0,62%
Região V- ARAGUAÍNA	4.985	8.560	1.105	550	168	9	15.377	0,60%
Da Área do Estado	14.825	15.985	3.595	2.340	250	44	37.039	0,63%

#### (1.2) Uso das áreas de Pastagens

O número de produtores rurais que praticam a pecuária na região ultrapassa 12.000, sendo a maioria está ligada diretamente à pecuária de corte.

Quantidade de animais no ano de 2000 na Área do Estado

Região	Produtores (famílias)	Gado (cabeças)	Búfalo (cabeças)	Suínos (cabeças)	Caprinos (cabeças)	Ovinos (cabeças)	Equínos (cabeças)	Aves (cabeças)
Região I- ARAGUATINS	2.670	142.375	24	2.360	117	394	2.152	5.712
Região II- AUGUSTINÓPOLIS	2.169	103.219	110	4.044	232	719	4.941	34.458
Região III- TOCANTINÓPOLIS	1.970	142.201	208	3.375	494	564	3.262	24.339
Região IV- XAMBIOÁ	882	365.115	127	1.976	371	1.632	5.662	16.369
Região V- ARAGUAÍNA	4.069	692.632	409	8.770	1.296	5.050	33.444	183.117
Da Área do Estado	11.760	1.445.542	878	20.525	2.510	8.359	49.461	263.995

Analisando a relação entre o número de proprietários (famílias) e a quantidade de animais pela área total do estabelecimento, verificou-se em média 123 cabeças para cada área de 168 hectares, ou seja, 1,37 ha de pastagem para cada animal. Uma das concentrações mais altas é verificada no município de Xambioá. Tocantinópolis é um dos municípios com elevado número de criadores pelo sistema extensivo, registrando no entanto baixos índices de criação devido à existência de uma reserva indígena em seu território. Sendo assim, a maior região de gado fica no município de Araguaína, na área ao longo do rio Tocantins.

Situação da pecuária na Área do Estudo (ano 2000)

	Produtores (famílias)	Gado (cabeças)	Área de Pastagem (km <sup>2</sup> )	Quantidade Média (cabeças/família)	Área por Família (ha/família)	Área por Animal (ha/cabeça)
Região I- ARAGUATINS	2.670	142.375	1.892,90	53	70,9	1,33
Região II- AUGUSTINÓPOLIS	2.169	103.219	1.224,30	48	56,4	1,19
Região III- TOCANTINÓPOLIS	1.970	142.201	2.496,10	72	126,7	1,76
Região IV- XAMBIOÁ	882	365.115	3.620,60	414	410,5	0,99
Região V- ARAGUAÍNA	4.069	692.632	10.517,10	170	258,5	1,52
Região do Estudo	11.760	1.445.542	19.751,00	123	168,0	1,37

República Federativa do Brasil  
Estado do Tocantins  
Secretaria da Produção (SEPRO -TO)  
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN -TO)

Agencia de Cooperação  
Internacional do Japão  
(JICA)

*ANEXO VII*  
**SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA**

---

## ANEXO VII

### SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA

1.	Produção Agrícola.....	VII - 1
	(1) Arroz .....	VII - 1
	(2) Milho .....	VII - 2
	(3) Feijão.....	VII - 2
	(4) Soja .....	VII - 2
	(5) Abacaxi .....	VII - 2
	(6) Mandioca .....	VII - 2
	(7) Frutas Nativas da Região.....	VII - 3
	(8) Extrativismo .....	VII - 3
2.	Método de Administração Agrícola.....	VII - 4
3.	Situação Econômica da Agricultura.....	VII - 5
	(1) Grandes Produtores.....	VII - 5
	(2) Médios Produtores.....	VII - 6
	(3) Pequenos Produtores .....	VII - 6
4.	Situação Econômica dos Proprietários.....	VII - 7

## 1. Produção Agrícola

Devido a predominância da Pecuária como a principal atividade econômica, a atividade agrícola ainda é insipiente, com baixa produtividade. Abaixo, dados de Produção conforme o "Levantamento Sistemático da produção agrícola – março/2000 – 3a. fase de desenvolvimento" - IBGE

### PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO ESTADO (ANO 99/00)

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)
Arroz de sequeiro	99.120	17.030
Arroz	49.433	215.756
Feijão 1ª safra	1.969	755
Feijão 2ª safra	2.425	831
Melancia	254	1.886
Milho sequeiro	56.355	109.109
Milho irrigado	250	1.200
Soja de sequeiro	44.689	114.490
Sorgo granífero	520	859
Abóbora	100	220
Milho verde	10	40
Abacaxi	2.222	36.870
Acerola	25	26
Banana	5.429	3.062
Cana-de-açúcar	3.965	150.237
Coco da Bahia	305	803
Laranja	278	17.003
Limão	12	779
Mandioca	9.626	178.482
Manga	338	6.221
Tangerina	25	973
Guariroba	18	
Maracujá	26	807
Castanha de caju	190	84

IBGE-Março 2000

#### (1) Arroz

A rizicultura em terras altas (sequeiro) conta com uma área de 17.030 ha, representando 17,7% da área cultivada no Tocantins (99.190 ha), contribuindo com 21.582 ton. das 164.828 ton. produzidas no Estado. A produtividade média regional apresentada no período é de 1.267 Kg/ha, cerca de 30% inferior à média do Estado (1.661 Kg/ha).

Principais municípios produtores:

Municípios	Área em ha	Produção em ton.
Araguatins	2.500	3.750
Esperantina	1.200	1.440
Palmeiras do Tocantins	700	1.050
Babaçulândia	1.300	1.500
Wanderlândia	1.000	1.200

(2) Milho

A área ocupada pelo milho (17.820 ha) representa 31,48% do cultivo deste cereal no Tocantins (56.605 ha), gerando uma produção de 23.141 ton., que corresponde a 20,97% dos resultados obtidos no Estado (110.309 ton.). Destacam-se, em área cultivada e volume produzido, os municípios de Araguatins (1.800 ha e 2.592 ton.) e Araguaína (3.900 ha e 5.400 ton.). A produtividade média da região é de 1.300 kg/ha contra 1.900 kg/ha do Estado.

(3) Feijão

Inicialmente podemos observar que a área cultivada com feijão no Estado é pouco expressiva, o mesmo ocorrendo com a produção e, conseqüentemente com a produtividade.

Contudo, a área de Estudo contribui com aproximadamente 60% do resultado obtido no Tocantins, onde na 1ª safra pode abranger uma área de 1.319 ha dos 1.969 ha cultivados no Estado e, na 2ª safra participou com 1.355 ha dos 2.425 ha plantados no Tocantins. A produção da região genericamente falando, foi equivalente a 66,75 % e 58,43 % do resultado estadual conseguido na 1ª e 2ª safras, respectivamente.

(4) Soja

Esta cultura tem, até o momento, significativa expressão nas regiões centro e sul do território tocantinense, com destaque aos pólos de Pedro Afonso e Formoso do Araguaia devido aos campos de sementes. Destacam-se também Dianópolis e Taguatinga e, mais recentemente Campos Lindos, pelo fato de nessas áreas estar se alcançado médias superiores a 43 sacas / ha.

Na região norte, a sojicultura ainda não está consolidada; verifica-se a ocorrência de algumas iniciativas particulares, motivadas pela potencialidade de melhoria dos meios de transporte, pós implantação do sistema multimodal ( rodovia, ferrovia e hidrovía ) que proporcionará melhor competitividade e, pela necessidade de recuperação das pastagens da região, face ao que a soja se destaca como alternativa viável.

(5) Abacaxi

A abacaxicultura tocantinense conta com cerca de 1.669 ha e é basicamente desenvolvida na região central do Estado onde tem demonstrado bons resultados econômicos devido à qualidade do fruto e a época de colheita.

Na região norte, essa cultura, a exemplo das demais frutíferas não nativas, está sendo introduzida no setor agrícola como alternativa rentável de produção, haja vista os resultados das áreas implantadas nos municípios de Araguaína, Piraquê, Araguatins, São Bento do Tocantins e Wanderlândia, dentre outros.

(6) Mandioca

A mandioca e seus derivados constitui produto altamente consumido pela população tocantinense, sendo ampla e usualmente cultivada para auto-sustento familiar.

Na região Norte, a cultura da mandioca já ocupou uma área de 4.308 ha, equivalente a 35,83% da área cultivada no Estado (12.023 ha), respondendo pela produção de 55.080 das 178.482 toneladas de raízes produzidas no Tocantins (cerca de 30,86% da produção total do Tocantins), demonstrando, contudo que a produtividade média da região está ainda abaixo da obtida no Estado ( 12,78 t/ha e 14,84 t/ha respectivamente ).

Dentre os municípios que produzem mandioca, destacam-se Araguaína ( 600 ha e 6.600 t ), Darcinópolis ( 250 ha e 2.500 t ), Araguatins ( 240 ha e 3.600 t ) e Ananás ( 235 ha e 2820 t )

## (7) Frutas Nativas da região

Paralelamente às culturas tradicionais, os Cerrados apresentam frutíferas típicas que vêm sendo exploradas de maneira bastante artesanal, embora em alguns casos represente a sustentabilidade temporária de muitas famílias.

Dentro desse contexto, o RURALTINS ( Set./ 99 ) desenvolveu uma “Pesquisa de mercado para as frutas Nativas e adaptadas ao “Bico do Papagaio”, voltada para identificação das potencialidades e restrições de mercado para com tais produtos na região Norte/Extremo-Norte do Tocantins, Sul do Para e Maranhão, Brasília/Anápolis/Goiania e Palmas – TO, como forma de sinalizar alternativas de produção.

Dados de potencial de crescimento no consumo de frutas Nativas “in natura”

	Regiões Sul Pará e Maranhão		Região Brasília Anápolis/Goiania	São Luis (MA)
	Frutas in natura	Polpa	Polpa	Polpa
Cupuaçu	42,0%	37,5%	15,0%	13,0%
Açaí	12,5%	12,5%	12,0%	4,8%
Biribá	12,0%	-	-	-
Buriti	7,5%	4,5%	-	-
Cajá	4,5%	17,0%	8,0%	8,0%
Castanha do Pará	2,0%	-	-	-
Murici	2,0%	2,0%	-	4,8%
Bacaba	2,0%	-	-	-
Caju	2,0%	4,5%	4,0%	-
Bacuri	-	8,0%	-	8,0%

## (8) Extrativismo

Na região Extremo-Norte do Tocantins existe uma grande faixa territorial coberta por babaçuais e deles sobrevivem muitas famílias, principalmente pelos trabalhos de coleta da castanha do babaçu desenvolvidos por mulheres.

Fruto desse trabalho é a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco do Bico – ASMUBIP que processam e comercializam os derivados do coco do babaçu.

O RURALTINS, em apoio à ASMUBIP, em 1999 realizou uma “ Pesquisa de mercado e de tecnologia para subprodutos do babaçueiro”, tendo concluído que as atividades geridas pela associação estão remunerando apenas a mão-de-obra, visto que o custo de produção tem se igualado ao valor de comercialização e, devido às políticas estaduais inerentes a ICMS, têm havido dificuldades competitivas com empresas sediadas no estado do Maranhão. Contudo, há boa demanda pelos derivados do babaçu, em que pese a concorrência exterior feita principalmente pelos oriundos da Malásia.

## 2. Método de Administração Agrícola

A área do extremo-Norte é de 16,147 km<sup>2</sup> e a do Norte, 21,083 km<sup>2</sup>, representando 5.8% e 7.6% respectivamente da área total do Estado. Dentro destas, a Agricultura e a Pecuária possui uma área de 45% na região Extremo-Norte, e 65% na área Norte. Examinando-se por municípios, na região Extremo-Norte a área de pastagem é de 4~81%, a agricultura de 0.3~5.7%, e na região Norte, a área de pastagem é de 47~76%, a área de agricultura de 0.2~2%, sendo estas as áreas onde são cultivadas os produtos agrícolas.

## Situação da Produção Agrícola na Área do Estudo (Ano 1999/2000)

Área Cultivar	Área colhida				Quantidade produzida				Aumento da produtividade			
	Extremo-norte ha	Proporção (%)	Norte ha	Proporção (%)	Extremo-norte ton	Proporção (%)	Norte ton	Proporção (%)	Extremo-norte ton/ha	Norte ton/ha	Estado ton/ha	Brasil ton/ha
Arroz	9,150	5.7	5,675	3.5	10,780	2.5	6,689	1.6	1.18	1.18	2.67	3.08
Milho	6,365	11.2	9,620	16.9	7,440	6.2	12,073	10.1	1.17	1.15	2.10	2.54
Abacaxi	39	2.9	211	15.9	556	1.1	4,611	9.0	14.26	21.85	38.76	47.24
Cana de Açúcar	35	1.1	9	0.3	780	0.6	662	0.5	22.29	73.56	40.96	69.25
Mandioca	2,335	18.7	1,260	10.1	32,330	16.9	13,122	6.9	13.85	10.41	15.27	13.09
Feijão	1,685	40.1	655	15.6	624	44.6	205	14.6	0.37	0.31	0.33	0.67

Dados : IBGE

A quantidade produzida nas culturas do arroz, milho, abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, foram mostradas no gráfico. A região Norte apresenta grandes índices de área e produtividade, sendo esta a maior produtora da região, representando sozinha a metade do que é produzido no Estado. Outros produtos são apenas residuais. A cana-de-açúcar produzida é destinada à alimentação de animais e produção de aguardente, na medida em que o Estado e a região não contam com indústrias de transformação da cana-de-açúcar. O Estado encontra-se abaixo da média com relação aos cultivares que têm uma assimilação rápida pela adubação e que obtêm resultados através desta, como o arroz, o milho e o abacaxi. Isto ocorre pelo fato de que os produtores apenas produzem para a subsistência comercializando muitas vezes um pequeno excedente desta.

Os produtores, tanto o grande, o médio como o pequeno, no primeiro ano de uso de uma terra nova, fazem o consórcio da plantação com a pastagem, para depois da colheita, torná-la pastagem definitiva. Quando é realizado o plantio com adubação através de resultados de análise de solo, esta operação é denominada como Barreirão, mas o que se planta não recebe adubação.

O Governo do Estado, oferece às associações gratuitamente sementes, mudas e adubos para a plantação com a condição do retorno de 10% do total produzido.

Mesmo com estes benefícios são poucos os interessados. Em outros tipos de financiamentos (bancário e do governo estadual) por exemplo, consta um item pelo qual os tomadores do crédito vêm-se obrigados a fazer a renovação de pastagem, plantação de forrageiras e a adubação do terreno, porém a maioria dos produtores cumprem apenas este último item, fazendo-o apenas no primeiro ano.

A mudança desta mentalidade, é uma das estratégias que se propõe para aumentar a produtividade. Para isto, os dirigentes das associações precisam esforçar-se no sentido de torná-las exemplares para que ocorra a melhoria da produção e da qualidade dos terrenos.

### 3. Situação Econômica da Agricultura

A carne bovina que abastece o Estado do Tocantins é produzida em 70% na região Norte, principalmente no lado oeste da BR-153, com uma predominância do gado de corte. Divididos em três grupos, de engorda, de criação de novilhas e do leite, conforme o relevo de cada município nota-se a tendência ou aptidão de cada um destes. O gráfico abaixo mostra o resumo dos dados obtidos pela equipe do RURALTINS, e, na página seguinte, estes são apresentados em um mapa. Segundo a classificação pelo tamanho das propriedades, encontra-se uma diferença mínima em denominação em cada um dos municípios, mas em média, classificam-se como grandes proprietários, aqueles que possuem acima de 1200 ha, como médios os que detêm terras de 320 ha a 1200 ha, e como pequenos produtores os que possuem de 80 a 320 ha. O gráfico seguinte mostra esta classificação por condições das propriedades.

Região	Nº	Município	Grandes Produtores			Médios Produtores			Pequenos Produtores		
			Engorda	Reses	Leite	Engorda	Reses	Leite	Engorda	Reses	Leite
Extremo Norte	1	Aguiarnópolis		○			○				
	2	Ananás	○			○					○
	3	Angico	○				○			○	
	4	Araguatins	○			○				○	○
	5	Augustinópolis			○			○			○
	6	Axixá do Tocantins									○
	7	Buriti do Tocantins	○				○	○			○
	8	Cachoeirinha	○				○			○	○
	9	Carrasco Bonito			○			○			○
	10	Darcinópolis		○			○			○	○
	11	Esperantina	○			○			○		
	12	Itaguatins		○			○				○
	13	Luzinópolis	○				○			○	○
	14	Maurilândia do Tocantins		○			○			○	
	15	Nazaré	○				○			○	○
	16	Palmeiras do Tocantins		○			○			○	
	17	Praia Norte			○			○			○
	18	Riachinho	○			○					○
	19	Sampaio			○			○			○
	20	Santa Terezinha do Tocantins					○			○	
	21	São Bento do Tocantins					○			○	○
	22	São Miguel do Tocantins	○			○		○			○
	23	São Sebastião do Tocantins									
	24	Sítio Novo do Tocantins	○			○		○			○
	25	Tocantinópolis	○				○	○		○	○
Norte	1	Aragominas	○		○	○		○		○	○
	2	Araguaína	○				○	○			○
	3	Araguanã	○			○				○	○
	4	Babaculândia		○			○				○
	5	Carmolândia	○			○		○			○
	6	Filadélfia		○			○			○	
	7	Muricilândia	○			○					○
	8	Nova Olinda		○			○	○		○	○
	9	Palmeirante		○			○			○	
	10	Piraquê	○			○				○	○
	11	Santa Fé do Araguaia	○			○		○			○
	12	Wanderlândia					○				○
	13	Xambioá	○			○		○			○

### (1) Grandes Produtores

Em sua grande maioria são criadores com a finalidade de produção de carne. Trata-se de uma produção subdividida em rebanho de engorda nas regiões de solos argilosos, na produção de bezerros nos solos arenosos. Este aspecto, é bastante característico na Região Norte, onde o solo predominante é o Latossolo ou Podzólico, sendo que ao oeste da BR-153, encontramos rebanhos de engorda, e no cerrado, do lado Leste, encontramos mais produtores de bezerros. Na Região Extremo-Norte, com aspectos semelhantes de solos, predominam os produtores de rebanho de engorda. Exceto na região em torno do município de Augustinópolis, onde em 1996 foi inaugurado um laticínio com a capacidade de industrializar 100.000 litros de leite/dia, isto, incentivou os criadores desta região, a mudar paulatinamente o seu rebanho de engorda para rebanho de leite.

Dentre estes produtores, alguns empregam metodologias dos centros de pesquisa, visando o melhoramento genético do rebanho, com a preocupação de melhorar o nível de produção da região.

Também nos cuidados com as pastagens, fazem a rotação pela divisão de piquetes, nas áreas de terrenos mais pobres, faz-se também a calagem ou adubação com fosfato diante dos resultados obtidos pelas análises de solo. O número de produtores que seguem estas instruções é muito reduzido, sendo que a maioria dos grandes produtores, não têm o cuidado necessário, estando as suas pastagens em estado de degradação. Sem estes cuidados, está ocorrendo a infestação de insetos como a cigarrinha, o crescimento abusivo de babaçu, degradando assim, os solos. Nas margens da Serra do Estrondo, os solos possuem uma característica de degradação maior, por estes fatores, na região, a pastagem também sofre as suas consequências. O melhoramento genético dos bovinos está em baixa, o preço da arroba (15kg) está em torno de R\$30,00 um preço muito baixo, dificultando assim a administração dos grandes produtores.

## (2) Médios Produtores

A administração dos médios produtores, como dos grandes produtores, esta concentrada em Pecuária, a diferença está na proporção maior de criação de bezerros para corte e produção de leite. Existe alguns produtores de gado de corte, mas apenas em locais de solos bons. A criação do gado de leite está em concentração no município de Augustinópolis, na região Extremo-Norte, e em Araguaína, na Região Norte, onde as duas cidades possuem laticínios, e houve um aumento de produtores recentemente. Como a pastagem da região não é ainda muito boa, a produtividade média de leite é de 4~5 litros/cabeça, com um período de produção bastante curto, de 5~6 meses. O preço do leite oscila em torno de R\$ 0.20, um preço baixo, porém como é uma fonte de renda fixa em comparação ao gado de corte, há produtores que estão optando pela mudança para o rebanho leiteiro. Há produtores de leite e corte, e nestes casos, os bezerros machos são vendidos para invernistas, (em torno de 8~10 meses, R\$170/cabeça), e as fêmeas, para a produção de leite. Porém, os criadores que estão longe do comércio leiteiro, ainda têm que optar somente pela cria. Alguns produtores, para não ficar na dependência somente do lucro da carne e do leite, associam ao rebanho caprinos, ovinos, suínos e aves. Num outro nível, os esterco são utilizados na produção de culturas, produção de cana e milho para silagens, e plantação de mandioca para alimentação de suínos. O esterco de ave é usado não só como adubo orgânico, mas também no complemento alimentar dos bovinos. Com esta metodologia de criação, faz-se naturalmente uma rotação de culturas, revigorando novamente os pastos. Geralmente, os médios produtores, desenvolvem culturas como a do arroz, feijão e milho, somente para o próprio consumo, tendo ainda como perspectiva a possibilidade de utilização destas áreas, após a colheita, como pastagem. Em outros casos, realizam o consórcio de grãos e pastagem com a plantação, denominada de Barreirão. Mas a maioria destas, é realizada sem uma adubação apropriada, por isso, não se pode esperar por um bom resultado.

## (3) Pequenos Produtores

Os pequenos produtores, como os assentados da reforma agrária, desenvolvem apenas uma produção de subsistência com o arroz, milho, feijão e mandioca, em pequenas áreas valendo-se somente da mão de obra familiar. O fundamento em si, no início é a desmatamento da área, queimada, e depois a plantação sem adubações e pulverizações, com um rendimento por área muito pequeno. Há famílias que também plantam frutíferas para o seu próprio consumo, através de espécies mais comuns, como a laranja, banana, acerola, goiaba, manga e mamão. Dependendo da região, o cupuaçu, a graviola e a carambola são também cultivadas. Na Região Extremo-Norte, pratica-se o extrativismo, como no município de Esperantina, colhe-se o açaí, bacuri e cupuaçu, em Carrasco Bonito e Sampaio, o coco, em São Miguel e castanha do babaçu. Sem que esta forma de extrativismo tenha maior influência na renda familiar.

Na Pecuária, realiza-se a criação de gado de corte em locais distantes das indústrias e o leite nos locais mais próximos. Os produtores de menor porte de um modo geral, têm na média, pouco mais de 10 cabeças de gado. As áreas destinadas às famílias assentadas em geral variam de 5~70ha, tendo na média de 20~40ha. Como o preço médio do litro de leite é baixo, geralmente este é vendido diretamente para o consumidor a apenas R\$ 0.5/litro, ou para a fabricação de queijos a serem vendidos nas sedes dos municípios a não mais que R\$3,00/kg. Como os pequenos produtores não tem a disponibilidade de altos investimentos na sua terra, a degradação das pastagens é muito mais rápida. Em geral nos assentamentos, tem ocorrido o desmatamento em áreas de conservação, incluindo-se as margens dos rios, degradando o meio ambiente, além disto citam-se nestes o problema do analfabetismo e das vias de acesso precárias,

ampliando o conjunto de problemas que afetam esta classe de produtores.

As associações de pequenos produtores da **Bacia Leiteira** têm buscado apoio no **PRONAF** e no **PRORURAL**, através de seu programa de financiamento, começando a aparecer resultados positivos entre eles. Por exemplo, em uma associação de pequenos produtores do município de Araguatins, foi elaborado um projeto para a utilização coletiva de tratores e implementos agrícolas, prevendo-se para o futuro a construção e administração de fábricas de farinha de mandioca, indústria de polpas e sucos. Nestas associações, há grupos que mesmo com pequenos volumes de capital, têm planos para o plantio e produção de hortaliças e frutas. Em Itaguatins, um dos municípios desta região com o Programa de Bacia Leiteira, em um grupo de 35 associados, foram distribuídas 4 cabeças de vacas leiteiras/família, 2 tratores, 1 caminhão e um laticínio de pasteurização de leite. Também em Araguaína, pela grande motivação dos associados, com a ajuda da prefeitura e o financiamento do **PRONAF**, está em fase de construção, uma fábrica de queijos e biscoitos. Em Nazaré e Filadélfia, com a ajuda da prefeitura, os pequenos produtores arrendaram partes de terrenos dos grandes produtores, para o cultivo conjunto, utilizando os sementes e adubos oferecidos pela prefeitura, sendo posteriormente devolvido o terreno em boas condições para o proprietário. Este é um exemplo real da rotação de cultura, e esses movimentos de arrendamento de terras, estão aumentando a cada dia nas grandes propriedades. Os associados que estão motivados por este projeto, pessoalmente estão estruturando sistemas de irrigação para a produção de melancia e com isto, motivando a outros associados. Como estes exemplos, a produção conjunta está em andamento, prevendo-se que com mais recursos, poderão ser alcançados futuramente resultados rápidos e um progresso na área de produção.

#### 4. Situação Econômica dos Proprietários

Como parte do estudo da situação econômica da agricultura e dos proprietários, foram realizados em cada região pequenos workshops, para coletar informações sobre a mão-de-obra, lucros, propriedades, produção agrícola e produção animal, e também das idéias e sugestões de cada produtor. O gráfico seguinte, mostra os valores médios das informações e seus comparativos.

Grupos	Classificação	Formas de administração	Nº de famílias	Área total da prop. (há)	Área total de pastagem (há)	Nº de animais (cabeça)	Nº de bovinos de corte (cabeça)	Nº de vacas leiteiras (cabeça)	Lucros pela produção de produtos agrícolas (R\$/mês)
Associação, Araguatins	INCRA	Subexistência	6.2	35.0	-	0.0	0.0	0.0	-
Associação, Araguatins	Pequenos produtores	Produção agrícola e leite	5.9	42.7	11.0	14.6	6.0	8.6	150
Associação, Augustinópolis	Pequenos produtores	Prod. agrícola, gado de corte e leite	6.4	68.2	41.4	39.8	24.9	14.9	487
Associação, Araguaína	Médios produtores	Produção agrícola e leite	4.2	108.8	72.5	54.8	10.9	43.9	625
Associação, Itaguatins	Médios produtores	Produção agrícola e leite	5.3	183.3	71.9	119.1	92.3	26.8	541
Sindicato Rural, Araguatins	Médios produtores	Gado de corte e leite	5.0	237.5	110.3	88.8	58.8	30.0	688
Grupo Filadélfia	Médios produtores	Gado de corte e leite	5.2	644.0	211.7	208.0	198.0	10.0	625
Sindicato Rural, Xambioá	Grandes produtores	Gado de corte e leite	7.3	2437.5	1790.0	1575.0	1497.5	77.5	13,800

Dados obtidos pelos mini work-shops

Por estes dados, nota-se que embora os assentados pelo INCRA, produzam apenas para a subsistência, não auferindo rendimento desta produção chegam a ter uma renda com a prestação de serviços a terceiros em torno de R\$300,00/mês, que são utilizados nas despesas ordinárias.